Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 13

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
INSS terá novas regras na aposentadoria a partir de 1º de janeiro de 2027; veja o que muda (inss) 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Senado vota destaques ao projeto de ajuste fiscal 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita apreende R$ 581 milhões em drogas e falsificações 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Governo tenta acalmar mercado e esquerda 7

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Taxa das blusinhas: quais impostos serão cobrados nas compras internacionais em 2027 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
"Não há crise nem perda de autonomia na PF" 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Economistas propõem redesenho do BPC para aliviar a previdência 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Supremo se prepara e pode julgar fim da 6x1 ainda nesta semana 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
PF deve entregar novo relatório sobre ministros do STF no celular de Vorcaro 15

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
Conversas de Vorcaro mostram ofensiva contra ex-presidente da CVM 17

FOLHA ONLINE - SP - SAÚDE MENTAL
SEGURIDADE SOCIAL
Pessoas com burnout e outros transtornos se sobrecarregam ao precisar provar que estão doentes 21

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
Ministro aliado de Alckmin ganha força como possível novo chefe da Defesa (ministério da defesa) 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária gera risco de inflação em 2027 26

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Durigan vai ao Senado explicar alíquota de 11,3% da CBS 28

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Agro tenta barrar limite a crédito tributário 30

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Setor de transportes quer acabar com pagamento irregular de fretes que movimenta bilhões 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
"Prévia" do PIB cai e reforça perda de fôlego da economia 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
IBC-Br mostra 32 tri em retração, mas mantém cenário para o ano 34

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Milei promete cortar US$ 500 bi de impostos se for reeleito 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
PIB pode ter ganho de 5,1% com IA, diz BID 37

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Regulamentação de "big techs" pode gerar ganho de até 0,4% do PIB, diz Fazenda 39

INSS terá novas regras na aposentadoria a partir de 1º de janeiro de 2027; veja o que muda (inss)

Cristiane Gercina

As regras da aposentadoria do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) mudam a partir de 1º de janeiro de 2027. A alteração ocorre todos os anos nas regras de transição aprovadas na reforma da Previdência de 2019.

A partir de 1º de janeiro, quem busca a aposentadoria pela regra de transição da idade mínima terá de ter 60 anos, no caso das mulheres. Para homens, será necessário ter 65 anos. A pontuação mínima também terá alteração. Será preciso, na soma da idade com o tempo de contribuição, atingir 104 pontos para os homens e 94 pontos para as mulheres.

As novas regras atingem trabalhadores contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), MEIs (Microempreendedores Individuais), autônomos, trabalhadores rurais e professores, que se aposentam com menos tempo de contribuição e idade menor do que a dos demais contribuintes. Veja abaixo.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Pontos:

Em 2027, a soma da idade e do tempo de contribuição é de 89 pontos para as mulheres e 99 pontos para os homens

O tempo mínimo de contribuição é de 25 e 30 anos, respectivamente

Idade mínima:

Em 2027, a idade mínima de contribuição será de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens

O tempo de contribuição mínimo é de 25 e 30 anos, respectivamente

A idade aumenta seis meses a cada ano até atingir o limite de 57 anos para mulher e 60 anos para homem

Pedágio de 100%:

A reforma da Previdência mudou as regras de cálculo do benefício. Antes, a média salarial da aposentadoria, a base para calcular o valor a ser recebido, era obtida considerando os 80% maiores salários entre julho de 1994 e o mês anterior ao pedido. Os 20% menores eram descartados.

Após 13 de novembro de 2019, o cálculo da média salarial passou a levar em consideração todos os salários de contribuição desde julho de 1994 até o mês anterior ao pedido, sem descartar os menores, o que faz com que o valor da aposentadoria seja menor em comparação com a regra anterior.

O benefício do **INSS** é de 60% da média salarial mais 2% para cada ano acima de 15 anos de contribuição (para mulheres) e 20 anos de contribuição (para homens). O valor final é limitado ao teto do **INSS** e não pode ser inferior ao salário mínimo .

O segurado pode fazer a simulação para a aposentadoria por meio do aplicativo ou site Meu **INSS** , onde é possível checar em qual regra de transição conseguirá o benefício e qual é mais vantajosa. O sistema leva em consideração as informações que estão no Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais), que é base de dados do governo federal para a aposentadoria.

Antes de fazer a simulação, o segurado precisa ver se todos os dados e informações sobre seus empregos e/ou suas contribuições como autônomos estão corretos. Vale a pena verificar se vai atingir alguma outra regra mais vantajosa em poucos meses ou anos e esperar, caso seja possível.

Quem já conquistou o direito de se aposentar ao completar todas as exigências tem o chamado direito adquirido. Isso significa que pode se aposentar com as regras válidas na data em que atingiu as exigências mínimas, se forem mais vantajosas.

O direito adquirido é respeitado mesmo para quem não pediu a aposentadoria ainda. No entanto, é

preciso provar com documentos contemporâneos -da época do trabalho- as condições. A vantagem pode estar no caso de quem já tinha o direito adquirido antes das mudanças das regras na reforma da Previdência, pois as normas eram mais vantajosas.

A decisão de pedir o benefício ao **INSS** ou não é muito particular e deve ser analisada de forma que não prejudique o segurado no futuro. A reforma da Previdência foi aprovada com a intenção de fazer com que os segurados adiem o pedido da aposentadoria.

Quem atinge o direito e pode ter regra mais vantajosa em breve pode esperar e ganhar mais, mas deve saber que estará renunciando a renda . No entanto, se esperar mais, vai ganhar mais.

A principal mudança trazida pela reforma da Previdência de 2019 foi a instituição de idade mínima na aposentadoria de homens e mulheres. Eles devem ter 65 anos, e elas, 62. O tempo de contribuição é diferente. Mulheres precisam contribuir por, no mínimo, 15 anos. Homens precisam pagar o **INSS** por ao menos 20 anos.

Cada ano que ultrapassar o tempo mínimo garante um acréscimo de 2% sobre a média salarial. Quem tem o tempo mínimo recebe 60% sobre a média. Só se aposenta pelas novas regras da reforma quem entrou no mercado de trabalho ou passou a contribuir como autônomo, contribuinte individual, MEI ou facultativo após a reforma.

Segundo o advogado previdenciário David Mello, do escritório Mello e Furtado Advocacia, um dos erros mais comuns dos segurados é acreditar que todas as informações sobre sua vida laboral estarão nos sistemas do **INSS**, no Cnis, e deixar de separar a documentação própria, em especial no caso de trabalhadores mais velhos.

"Podem existir vínculos ausentes, salários registrados de forma equivocada ou períodos que precisam ser comprovados. Uma análise cuidadosa da documentação antes do pedido pode evitar perdas financeiras que vão acompanhar o aposentado por muitos anos", diz.

Documentos antigos como carteiras de trabalho, contracheques e comprovantes de contribuição, podem fazer diferença na aposentadoria, explica ele. Segundo o especialista, eles ajudam a identificar períodos trabalhados e remunerações que nem sempre aparecem de forma correta no Cnis.

A ausência dessas informações pode comprometer o cálculo e resultar em um benefício menor do que o trabalhador teria direito a receber.

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/11/inss-tera-novas-regras-na-aposentadoria-a-partir-de-1o-de-janeiro-de-2027-veja-o-que-muda.shtml

Senado vota destaques ao projeto de ajuste fiscal

O Senado deve finalizar, nesta terça-feira (17), a votaçàò do projeto de lei complementar (PLP) que permite ajuste fiscal de ate RS 60 bilhões nas contas do governo federal em 2027. Depois de aprovar o texto-base na quinta-feira (12), por 45 votos a 31, o plenário vai agora analisar os chamados "destaques" e decidirá se temas como restrição das compensações tributárias e redução de repasses a Estados e municípios seguirão na proposta. Senadores da oposição apresentaram quatro destaques.

Diversos especialistas em contas públicas veem o pacote apresentado pelo Palácio do Planalto como insuficiente para enfrentar o desequilíbrio das contas públicas. Por outro lado, a base do governo e setores da esquerda têm criticado a proposta, sob o argumento de que o projeto vencedor nas urnas não falava em ajuste fiscal.

Apesar das resistências, a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PE-PE), acredita que será possível barrar as alterações ao projeto. "Estamos contando nossos votos e creio que sim, teremos [os votos necessários]", disse ao Valor.

Três dos quatro destaques apresentados obrigam a base aliada do governo a reunir 41 votos para que o texto original seja mantido. Na votação de quinta-feira, o governo conseguiu 45 votos, só quatro a mais do que o mí-

nimo necessário para a aprovação do PLP.

O ex-líder do governo no Senado e autor da matéria, Jaques Wagner (PT-BA), foi mais cauteloso ao falar ao Valor sobre as chances de derrubada dos destaques. Ele também ressalta que o PLP, antes de ir á sanção, passa pela Câmara dos Deputados, onde poderá passar por mais mudanças ou ser recomposto caso seja alterado pelos senadores.

O principal destaque apresentado pelos senadores ligados ao setor produtivo quer retirar do texto o dispositivo que restringe o uso de créditos para compensar débitos referentes a outros **tributos**. O autor, senador Alan

Rick (Republicanos-AC), diz que o destaque será mantido.

Já o relator do projeto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), criticou na segunda-feira (16) a avaliação de que o projeto acaba com a compensação tributária. Ele afirma que a compensação tributária restringida pelo PLP é referente apenas ao uso de créditos para a compensação de débitos de outro tributo.

"O que eu tiver de compensação de PIS/Cofins (Programa de Integração Social e Contribuição para o financiamento da **Seguridade Social**) posso usar ilimitadamente para pagar PIS/Cofins", disse, afirmando que antes eram usados "créditos acumulados para fazer pagamento de outras coisas".

Na mesma linha, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Bar-reirinhas, destacou que a medida não impedirá a compensação de créditos da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) com débitos da própria CBS, prevista na **reforma tributária**.

Outro destaque, do PL, propõe a retirada de um dispositivo que permite que o Executivo federal adie a transferência de RS 12 bilhões que seriam enviados a Estados e municípios de 2027 a 2030, distribuindo esse valor ao longo dos anos seguintes, até 2037.

Um terceiro destaque propõe a votação cm separado de um artigo do PLP que estabelece que as mudanças não cria obrigações futuras para a União e não podem prejudicar benefícios que já tenham sido concedidos com fundamento na legislação vigente.

Há, ainda, uma solicitação de votação em separado de uma emenda do senador Rogério Marinho (PL-RN) que reduz o limite de crescimento real das despesas de 2% para 0,6% para efeitos de contingenciamento e suprime a exclusão, da apuração da meta de resultado primário de 2026, das despesas de até R$ 10,5 bilhões com a subvenção ao diesel. Ele também propõe suprimir alterações nos repasses da Lei Kandir e a retirada do artigo sobre a compensação. (Colaboraram Giordanna Neves e Maríana Andrade)

Receita apreende R$ 581 milhões em drogas e falsificações

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Equipes do Ministério da Fazenda e da **Receita Federal** divulgaram, ontem, o balanço final da Operação Fronteira 2026, que resultou na apreensão de R$ 581,08 milhões em drogas, armas e mercadorias irregulares entre os dias 3 e 13 de novembro deste ano. A ofensiva de 10 dias representou um salto de 137% no valor total apreendido em relação à edição anterior, estabelecendo um recorde histórico na atuação **aduaneira**.

Realizada em conjunto com a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Forças Armadas, polícias estaduais e órgãos anuentes, a operação coordenada pela Receita focou no combate a crimes transfronteiriços, contrabando, descaminho e fraudes em 140 municípios espalhados por 25 estados.

Ao todo, foram deflagradas 453 ações de fiscalização, que geraram 82 prisões em flagrante e a retenção de 273 veículos, embarcações e aeronaves utilizados pelo crime organizado.

A operação apreendeu um total de R$ 257,12 milhões em drogas,

alta de 360% em relação a 2025.. As equipes lideradas pela Receita interceptaram 70,8 toneladas de cannabis (avaliadas em R$ 183,12 milhões) e 240 kg de insumos para produção de cocaína (R$ 66,62 milhões). Além disso, a fiscalização retirou de circulação 166 armas de fogo e munições que abasteceriam os arsenais do crime.

Entre os insumos apreendidos, destacou-se a interceptação de 15.000 litros de acetato de etila, solvente produzido em São Paulo que seria enviado ilegalmente à Bolívia para o refinamento de cocaína. O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barrei-rinhas, classificou o esquema como uma espécie de "drawback do tráfico" no qual o insumo químico nacional é exportado ilicitamente para alimentar a produção do entorpecente que posteriormente retorna ao Brasil.

Entre as mercadorias, o documento divulgado ontem também apontou a retenção de eletrônicos e produtos de informática (R$ 55,57 milhões), perfumes e cosméticos (R$ 49,63 milhões), cigarros eletrônicos e vapes (R$ 42,19

milhões) e medicamentos (R$ 16,60 milhões), além de vestuário, calçados e pedras preciosas.

Ao lado do ministro da Fazenda, Dario Durigan, e do secretário

Robinson Barreirinhas, o auditor fiscal Raphael Eugênio, da Coor-denação-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho (Co-rep), enfatizou que a prioridade

é conter a utilização do território nacional como corredor logístico global do crime.

"O Brasil não é produtor de drogas, não produz armas, mas

ele funciona como ponto de passagem. O problema disso é que gera rastro de violência e de poder das organizações criminosas que ficam em cima do nosso país" detalhou.

Cooperação

A integração entre órgãos do governo na operação da Receita contra crimes na fronteira, segundo Barreirinhas, seguiu a mesma diretriz adotada na Operação Carbono Oculto, que desarticulou esquemas de lavagem de dinheiro em fundos de investimento e combateu irregularidades no setor de combustíveis no Sudeste.

"Eu acho que, se há uma marca, ministro (Dario Durigan), do en-frentamento às organizações criminosas desta gestão e do trabalho da **Receita Federal** nesse esforço todo, é essa cooperação, essa coordenação interinstitucional e interfe-derativa. Esse é o caminho para se enfrentar às organizações criminosas" defendeu Barreirinhas.

"A grande contribuição do governo é o uso da inteligência contra o crime" enfatizou Durigan.

Governo tenta acalmar mercado e esquerda

» LUÍZA ALTOÉ » RAPHAEL PATI » FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo tenta, hoje, acalmar os ânimos da esquerda e do mercado em torno do Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/2026, que deve seguir hoje para a Câmara, após votação dos destaques ao texto-base no Senado. O impasse relacionado ao projeto de ajuste fiscal está entre as razões que fizeram a Bolsa brasileira cair quase 2% e o dólar atingir R$ 5,77 - maior alta desde abrir de 2025.

Desde que o projeto foi apresentado pelo ministro do Planejamento e Orçamento (MPO), Bruno Moretti, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), vem sendo atacado tanto por agentes do mercado financeiro - que dizem ser tímido, o pacote - quanto por deputados do Partido dos Trabalhadores (PT), partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que veem retrocesso em políticas sociais. Para apagar o fogo amigo, o líder do governo Câmara, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), agendou para hoje um encontro entre Moretti e a bancada petista.

"É evidente que a gente quer aprovar o projeto o mais rápido possível, mas a gente quer ouvir nossa bancada e outras bancadas. Se surgir alterações para melhorar, podemos aproveitar" disse Pimenta a jornalistas, após reunião com Moretti e com o ministro das Relações Institucionais (SRI), José Guimarães (PT). Segundo o líder, eles trataram de iniciativas para combater a desinformação sobre o PLP e discutir uma estratégia de votação da matéria na Casa.

Ao comentar a reação dos radicais, o parlamentar criticou as acusações de que Lula esteja cometendo "estelionato eleitoral" e afirmou que o Planalto trabalha para reduzir a desinformação sobre o conteúdo da medida.

O texto-base do PLP foi aprovado na semana passada pelo Senado Federal e, hoje, os senadores analisam os destaques. Na avaliação do líder, esses destaques têm potencial de descaracterizar o objetivo do projeto, que é acomodar anúncios feitos durante a campanha eleitoral no Orçamento de 2027, como o novo Desenrola, o Pix do MEI e as mudanças no Pé-de-Meia.

Três dos destaques foram apresentados pelo PL, partido que faz oposição ao governo. Um deles diz respeito ao dispositivo que adia o pagamento de R$ 12 bilhões da Lei Kandir devidos a estados e municípios. O outro derruba o teto de R$ 3 bilhões anuais na compensação previdenciária entre regimes. o terceiro destaque do PL tenta diminuir o teto de crescimento dos gastos para 0,6% acima da **inflação**, em lugar dos 2% propostos pelo governo. O quarto destaque é assinado pelo Republicanos e busca impedir a **Receita Federal** de restringir o uso de créditos corporativos no pagamento de **tributos**.

Concluído esse processo, a matéria segue para votação na Câmara dos Deputados, onde já há negociação com o presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republi-canos-PB), para votação em regime de urgência. "A partir do momento que o Senado concluir a apreciação, a gente pode, conversando com Hugo Motta e líderes das bancadas, discutir um cronograma para votação do projeto na Casa" disse.

Pimenta afirmou ser "absolutamente natural" que parlamentares questionem o projeto, mas reiterou que mudanças no salário mínimo e no BPC, assim como no valor destinado à saúde e à educação,

não foram debatidas. "Acredito que na medida que formos fazendo a discussão, boa parte das preocupações, e muitas delas são justas, vão sendo resolvidas. Lá no início"" afirmou.

O líder também rechaçou as críticas de que o presidente estaria cometendo estelionato eleitoral, ou seja, quando um candidato faz promessas durante a campanha e, após assumir o cargo, adota medidas opostas. "Não podemos permitir uma narrativa onde segmentos vem acusando o presidente de estelionato eleitoral, precisamos restabelecer a verdade", disse.

Ele também criticou a comparação de que as medidas do governo seriam semelhantes ao "te-souraço" proposto pelo candidato derrotado Flávio Bolsonaro (PL). "Se tem alguém que tem compromisso com o SUS e a educação, é o presidente Lula" reiterou.

Fogo amigo

Entre os mais enfáticos nas críticas a Moretti está o deputado federal e vice-líder do governo na Câmara,

Lindbergh Farias (PT-RJ), que publicou no X um texto que acusa o plano de Moretti de "derrubar" a economia brasileira. "Ele (Moretti) sabe que a minha preocupação é impedir que a economia brasileira entre em recessão e prejudique o Brasil e o governo do presidente Lula. E ele sempre soube que associar um

ajuste fiscal a um aperto monetário num cenário de desaceleração é extremamente perigoso", escreveu.

Na última sexta-feira, deputados federais do PT, PSol e PCdoB protocolaram quatro projetos de lei que aumenta a arrecadação do governo a partir da elevação de **impostos** sobre os mais ricos. As propostas instituem o Imposto sobre Grandes Fortunas, ampliam a taxação sobre lucros e dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) e tributam títulos que hoje são isentos.

Esses temas já haviam sido levantados pelo ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas foram derrubados no Congresso.

Os autores das propostas, que podem entrar na discussão do plenários nos próximos dias, justificam

que elas teriam o objetivo de abrir espaço fiscal para políticas sociais e investimentos públicos, por meio do aumento da arrecadação.

Por outro lado, outro deputado da base governista, Humberto Costa (PT-PE), usou seu perfil nas redes sociais para reforçar a agenda do governo Lula. "Bruno Moretti, um extraordinário quadro do nosso governo que tem feito brilhante trabalho à frente da pasta, especialmente na missão de organizar a nossa casa para novo momento do país", publicou Costa.

Manifestações

As divergências em torno do ajuste fiscal também se refletem nas organizações sociais ligadas à base de apoio do governo Lula. Para hoje, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades ligadas à esquerda convocaram manifestações contra a proposta. Já a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não se pronunciaram sobre a realização de possíveis atos hoje. Embora adotem diferentes estratégias de atuação contra o ajuste fiscal, as duas entidades assinaram, na semana passada, um manifesto contrário à medida elaborada pelo ministro do Planejamento, Bruno Moretti.

Além da UNE, esse manifesto foi assinado por grupos como o MST e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). "Não é razoável transferir o peso do ajuste para trabalhadores e trabalhadoras, aposentados e aposentadas e para a população que mais depende dos serviços públicos, sem enfrentar os privilégios e as distorções que persistem no sistema econômico e tributário brasileiro" disseram as organizações no **comunicado**.

Para o analista da Vokin Investimentos Guilherme Macêdo, o pacote necessário para uma estabilização da dívida seria de cerca de R$ 200 bilhões. Apesar disso, ele acredita que, mais do que o pacote em si, o governo deve sinalizar melhor pelo controle fiscal. "Ainda não nomeou o ministro da fazenda, não tem um plano claro, um monte de medida parafis-cal continua, que não passa pelo crivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, então tem um monte de despesa que não conta como despesa e isso vai cobrar o preço"" destaca.

Taxa das blusinhas: quais impostos serão cobrados nas compras internacionais em 2027

Adicione como fonte preferencial no Google

A chamada taxa das blusinhas , imposto de importação de 20% que incidia sobre compras internacionais de até US$ 50, não voltará em 2027, segundo o governo. Isso não significa, porém, que essas encomendas ficarão livres de novos **tributos**.

A previsão é que, a partir de janeiro, comece a cobrança da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), criada pela **reforma tributária** , que também incidirá sobre produtos importados, independentemente do valor da compra.

Além da CBS, as compras internacionais também estarão sujeitas ao IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que começa a ser implementado em 2027. Nesse primeiro momento, o tributo estará em fase de transição, com alíquota de teste de 0,1%. Portanto, mesmo as encomendas de menos de US$ 50 estarão sujeitas à nova tributação.

Outro imposto que continuará sendo cobrado é o ICMS , de competência estadual e que já incide sobre as compras internacionais. Assim, a tributação dessas encomendas passará a reunir diferentes **impostos**, com regras e alíquotas próprias.

Um ponto importante é que CBS e IBS não foram criados exclusivamente para taxar compras feitas em sites estrangeiros. Os dois **tributos** também incidirão sobre produtos e serviços nacionais, como parte da implementação da **reforma tributária**.

Até o fechamento deste artigo, circula a informação de um possível adiamento da incidência dos novos **impostos**. Acompanhe os desdobramentos.

Busque no R7

Site: https://entretenimento.r7.com/vivaavida/patricia-lages/taxa-das-blusinhas-quais-impostos-serao-cobrados-nas-compras-internacionais-em-2027-17112026/

"Não há crise nem perda de autonomia na PF"

» RENATO SOUZA

Em um discurso repleto de recados para os críticos e em defesa da Polícia Federal e do próprio cargo, o diretor--geral da corporação, Andrei Rodrigues, afirmou, ontem, que não vai se deixar intimidar. Sem citar nomes, mencionou o caso do Banco Master, as fraudes do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e outras investigações para exaltar os feitos de sua gestão. Ele ainda negou que exista crise na instituição, embora os fatos apresentem um cenário contrário.

"Não há crise, racha interno, muito menos perda de autonomia na Polícia Federal. Não se pode conceber que vozes isoladas queiram se achar maiores que a própria Polícia Federal. É preciso entender definitivamente que a Polícia Federal só tem um lado, do trabalho sério, técnico e imparcial" frisou Rodrigues, em discurso durante evento em Brasília pelo Dia do Policial Federal.

Rodrigues contou ser alvo de "ataques" assim como sua família, mas frisou que não vai retroceder. "Não arredarei um milímetro da intransigente defesa da instituição e das leis, assim como da defesa das prerrogativas de cada cargo em função desta casa, inclusive do diretor-geral, mas, principalmente, não hesitarei jamais em proteger sempre de forma aguerrida a nossa instituição"

Para exaltar feitos da PF, Rodrigues citou a elucidação do assassinato da vereadora Marielle Franco, cujos autores foram identificados pela corporação. E casos de corrupção, como as fraudes nas aposentadorias e pensões, além do esquema do Banco Master, investigado na Operação Compliance Zero, ainda em andamento.

"Não interessa (o fortalecimento da PF) aos mandantes articu-ladores, executores do assassinato da vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes, identificados e presos pela Polícia Federal. Não interessa aos envolvidos um dos

maiores esquemas de fraude do **INSS**. Aliás, o esquema iniciado antes do início da nossa gestão e somente desarticulado por vocês, policiais federais, com autonomia, independência e a responsabilidade

que possui na nossa gestão. Não interessa aos responsáveis pela maior fraude ao sistema financeiro brasileiro e aos agentes públicos suspeitos de corrupção investigados no caso do Banco Master" completou.

As declarações ocorrem em meio ao polêmico afastamento dos cargos de chefia dos delegados Daniel Cola e Wedson Cajé que atuaram na produção de relatórios sobre a citação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) nas investigações do Master.

Rodrigues listou, no discurso, entidades de classe, como a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fe-napef), mas não mencionou a Associação dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), da qual se desfiliou neste mês, após mais de 20 anos.

Lava-Jato

Em um aceno ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que projeta a

criação do Ministério da Segurança Pública, pasta que deve abrigar a PF, Rodrigues falou indiretamente sobre a Operação Lava-Jato e a "espetacularização" das ações policiais e judiciais pelo então juiz Ser-gio Moro, atual senador, e por Del-tan Dallagnol, então coordenador--geral da força-tarefa e autor de um powerpoint acusando Lula de ser o chefe da organização criminosa que surrupiou os recursos da Petrobras.

"Não interessa (uma PF forte) aos que viveram de operações esfarrapadas, entrevistas coletivas que já condenavam os investigados, power points infantis e processos manipulados politicamente. Enfim, não interessa a todos aqueles que conflitam com a lei e também

àqueles que só pensam em si mesmos, que não defendem o interesse público e uma sociedade mais justa e com desenvolvimento para todos"" completou o diretor-geral.

De acordo com fontes do governo ouvidas pelo Correio, o diretor da PF balança no cargo e pode não ser mantido à frente da corporação. A avaliação é de que ele está sofrendo um desgaste em sua imagem, e o fato de ter sido citado no caso do Master enfraqueceu a chance de continuidade dele.

O governo avalia colocá-lo como adido da instituição no exterior, para evitar prolongamento da crise, mas, ao mesmo tempo, não punir uma autoridade que tem a total confiança de Lula.

Economistas propõem redesenho do BPC para aliviar a previdência

Um dos programas sociais que mais cresceram nos últimos anos, a ponto de se tornar parte integral das discussões sobre o ajuste fiscal, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) podería ser redesenhado para, ao mesmo tempo, mitigar o efeito negativo que tem sobre a previdência e trazer alguma economia para o governo.

A proposta, assinada pelos economistas Fabio Giambiagi, Gabriel Leal de Barros e Matheus Caliano, é criar um novo benefício, o "Integração", que funciona como uma espécie de acesso ao BPC. O novo programa pagaria 50% do valor do benefício cheio aos que atingem a idade mínima de 65 anos, valor que crescería 10 pontos percentuais a cada ano até atingir os 100%, aos 70 anos.

Atualmente, o BPC paga o equivalente um salário mínimo para três casos: para aqueles que atingem a idade mínima de 65 anos c nunca contribuíram para a **Previdência Social**, quem não contribuiu o suficiente para ter direito a aposentadoria c pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover subsistência. O grupo com deficiência não é limitado pela idade mínima de 65 anos e, portanto, fica de fora da proposta.

Na visão dos autores, a ideia de retardar o valor cheio do benefício corrige um defeito de desenho: a concorrência com a idade mínima de aposentadoria, que é a mesma para homens (65 anos). "O problema do BPC por idade não é o benefício em si, que é totalmente legíti-

mo. É que ele dá exatamente o mesmo valor para quem contribui e quem não contribui, e a partir da mesma idade. Qual o incentivo que uma pessoa tem em para contribuir com a previdência durante anos se ele pode chegar aos mesmos 65 anos e receber o BPC?", sintetiza Giambiagi.

A proposta não muda o valor para quem já é beneficiário do programa, apenas novos entran-tcs. Assim, caso fosse aprovada ainda este ano e passasse a valer a partir do ano que vem, havería um ganho fiscal próximo a RS 41 bilhões entre 2027 e 2032, ou aproximadamente RS 10 bilhões por ano, se comparado ao cenário em que as regras permanecem inalteradas. Este cálculo, no entanto, foi feito levando em consideração que o benefício seja desindexado do mínimo, ou seja, passe a ser corrigido apenas pela **inflação**.

"Como a idade de concessão é a mesma da aposentadoria por idade, o BPC está tendo um efeito duplamente negativo nas contas públicas", diz Barros, economis-ta-chefe da ARX e coautor da proposta. "Primeiro, porque o programa em si tem crescido muito. Segundo, porque a regra incentiva o trabalhador a deixar de contribuir para o **INSS**."

Dados do Anuário Estatístico da **previdência social** mostram que o

Autores sugerem que no futuro o novo benefício sirva como interligação como Bolsa Família, eliminando sobreposições

número de beneficiários do PBC saltou de 1,4 milhão em 1990 para 6,4 milhões em 2024. O salto se acelerou nos últimos anos. O crescimento anual passou de 2,52% na década passada para 7,62% entre 2020 c 2024. Como proporção do **PIB**, ele passou de 0,3% em 1997 do **PIB** para 1,05% este ano.

Ao mesmo tempo, a expectativa dos idosos tem resultado no aumento da duração da concessão do benefício, o que também pressiona as contas públicas. Em 1993, quando o RMV virou BPC, a idade de concessão era de 70 anos e a expectativa de sobrevida esperada, de 11 anos. Já em 2023, com a idade mínima rebaixada a 65 anos após duas reformas, a expectativa de sobrevida passou para 19 anos.

Os economistas sugerem ainda que, no futuro, o Integração possa servir de interligação entre o Bolsa Família e o BPC, eliminando sobreposições entre as políticas e garantindo proteção às camadas mais vulneráveis.

"Uma vez que o benefício médio do Bolsa Família é hoje cerca de 40% de um salário mínimo, a nossa proposta é ampliar essa escada para o benefício integral", diz Barros. Nesse caso, explica, seria criada uma segunda rampa, que começaria nos 60 anos com 40% do valor do mínimo e subiría dois pontos percentuais até chegar aos mesmos 50% nos 65 anos.

Tal alteração implicaria um pequeno aumento do gasto

federal com os benefícios. Desta forma, os economistas defendem essa interligação como uma segunda etapa, para quando houvesse "contexto fiscal futuro mais favorável", já na próxima década.

Giambiagi ressalta que a proposta é bastante gradualista e não impede que a despesa com o BPC volte a aumentar na próxima década. Mais que isso, é um reco-

nhecimento de que medidas potencialmente duras têm chances diminutas de sucesso.

Dito de outra forma, é um esforço com olhar na viabilidade política, diz. O economista conta que, durante anos, defendeu a equiparação da idade mínima de aposentadoria entre homens e mulheres - atualmente em 65 e 62 anos, respectivamente. Mais recentemente, passou a defender uma redução da diferença entre as duas, combinada com a extensão do salário-ma-

ternidade de quatro para oito meses, além da transformação deste cm licença parcntal - ou seja, que a titularidade do direito também possa ser assumida pelo pai por determinado período.

Barros ressalta que a proposta também não mexe em dois dos principais pontos de atenção do programa: a judicializaçào das concessões e o crescimento do BPC para deficiência permanente - que tem crescido mais que a modalidade por idade.

"Sabemos, por auditorias do Tribunal de Contas da União, que existe grande probabilidade de fraudes nos dois casos. Em alguns casos, por exemplo, foram encontrados juizes que simplesmente desconsideravam ou manipulavam o critério da renda familiar ao conceder o benefício", diz. Segundo as regras do programa, a renda familiar mensal per capita deve ser igual ou inferior a um quarto do salário mínimo, ou R$ 405,25 em 2026.

Supremo se prepara e pode julgar fim da 6x1 ainda nesta semana

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode julgar ainda nesta semana a ação que trata da transição para o fim da escala de trabalho 6x1. A análise clepende que o relator, ministro Flávio Dino, libere o caso para julgamento e que o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, inclua o processo na lista de julgamento. O caso era analisado pelos ministros no plenário virtual e estava previsto para terminar nesta segunda-feira (16), mas foi interrompido por pedido de destaque do ministro Luiz Fux, no sábado (14). Isso transfere o julgamento para o plenário físico.

Já havia quatro votos para referendar as regras propostas por Dino. Ele decidiu não estender o cronograma de implementação do fim da 6x 1, como queriam representantes do comércio e da indústria, mas permitiu uma flexibilização das folgas, desde que prevista em acordo ou convenção coletiva.

Votaram nesse sentido os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes, que acompanharam Dino. Ao retomar a análise no plenário, o placar será zerado e os ministros podem mudar seus votos.

Apesar disso, enquanto o STF não concluir o julgamento, a decisão de Dino, dada por meio de liminar, permanece em vigor. Assim, o calendário de implantação da nova jornada permanece como aprovado pelo Congresso, que definiu que a partir de 16 de dezembro a carga horária máxima semanal será reduzida de 44 para 42 horas, com garantia de dois dias de descanso remunerado e sem redução salarial. Em dezembro de 2027, a jornada passará a ser de 40 horas semanais.

A Emenda Constitucional (EC) 141, de 2026, reduz a jornada de 44 horas semanais para 42 este ano e para 40 horas no fim de 2027. Além da redução, prevê os dois dias de repouso semanal remunerado (oito no mês) garantindo pelo menos um dia de descanso no período máximo de

uma semana de trabalho.

Dino permitiu que, mediante negociação com sindicato, as folgas sejam retiradas em outro período, fora da semana e do mês previstos. O ministro também autorizou que, na etapa intermediária de implantação (até 15 de dezembro de 2027), a distribuição da jornada semanal de 42 horas possa ser feita em cinco dias de trabalho, com jornadas de até oito horas e 24 minutos, sem incidência do adicional de horas extraordinárias sobre os 24 minutos excedentes à oitava hora diária.

Excepcionalmente, nos primeiros 90 dias após o início de aplicação da Emenda, para os casos comprovados de frustração de negociação coletiva sobre a compensação, poderão os ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Empreendedorismo, da Mi-croempresa e da Empresa de Pequeno Porte c do Trabalho e Emprego editar Portaria Conjunta com regras que permitam a compensação de horas trabalhadas nesse período de adaptação.

Na decisão, Dino ainda pediu ao Congresso Nacional que, dentro de até 180 dias, discipline os regimes diferenciados de trabalho previstos na Constituição e estabeleça disciplina específica para a implementação da emenda constitucional pelas microempresas e empresas de pequeno porte.

No setor público, o relator fixou até 180 dias para a adaptação dos contratos administrativos e licitações ao fim da 6x 1. Ele também aplicou a empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica em regime de concorrência com a iniciativa privada a regra que afasta as normas de duração e controle de jornada para empregados com diploma de nível superior e remuneração igual ou superior a 2,5 vezes o teto do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), ou R$ 21.189,00. Na prática, as mudanças não valem para quem ganha acima desse valor, a não ser que haja aplicação voluntária pelo empregador ou previstas em instrumento coletivo.

PF deve entregar novo relatório sobre ministros do STF no celular de Vorcaro

A Polícia Federal (PF) deve encaminhar na próxima quarta-feira (18), ao Supremo Tribunal Federal (STF), os novos relatórios sobre os ministros que aparecem em conversas extraídas do celular do ex-ban-queiro Daniel Vorcaro, do Master. A partir de então, o presidente da Corte, Edson Fachin, deve dar o encaminhamento às informações e decidir se levará o caso a plenário - instância responsável por abrir uma investigação contra integrante do Tribunal. A informação foi revelada pelo UOL e confirmada pelo Valor.

Em ofício enviado na sexta-feira (13) ao Ministério da Justiça, o dire-tor-geral da PF, Andrei Rodrigues, apontou que os relatórios feitos inicialmente pela corporação teriam "extrapolado o caráter meramente descritivo". Ele também informou que houve uma "quebra na relação de confiança mútua que deve existir entre as funções de chefia direta e hierarquicamente relacionadas". De acordo com Andrei, teria sido desrespeitada a orientação para produzir relatórios sobre todas as menções a ministros "sem exceção".

A expectativa é de que a PF apresente relatórios sobre pelo menos seis ministros da Corte que tiveram os nomes citados em diálogos de Vorcaro com seus interlocutores. Em alguns casos, há conversas com parentes dos magistrados. Os integrantes do STF, porém, só podem ser investigados por autorização do plenário do Tribunal.

A corporação chegou a produ-

zir, no começo de novembro, uma primeira versão dos documentos, com informações apenas em relação aos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques. A chefia da PF, no entanto, entendeu que os materiais não seguiram as diretrizes combinadas com Fachin. Flouve, então, a determinação para que os documentos fossem refeitos e fossem incluídos os nomes de todos os ministros que aparecessem no celular - o que deve incluir menções a Gilmar Mendes, Luiz Fux e André Mendonça.

No ofício, Andrei também explicou que havia solicitado à Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor) para extrair as informações "penalmente relevantes" sobre ministros do Supremo encontradas no material apreendido na operação Com-pliance Zero, mas atentando para que não fosse levado a cabo qualquer ato de investigação ou mesmo juízo de valor.

A explicação foi cobrada pela pasta após a cúpula da PF decidir afastar da chefia das investigações dos casos Master e do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) os dois delegados que produziram os relatórios iniciais: Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes. No ofício que encaminhou ao Ministério da Justiça, Andrei afirmou que a troca ocorreu "por critérios de conveniência e oportunidade administrativa" e apontou que não houve "qualquer avocação

ou interferência em investigação criminal, tratando-se de providência administrativa no interesse do estrito cumprimento de determinação judicial e nos termos da lei".

O afastamento dos dois investigadores levou a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) a divulgar uma nota de repúdio e a classificar a saída dos delegados como uma "interferência". O imbróglio criou um mal-estar entre o diretor da PF e a categoria, e levou Andrei a se desfiliar da entidade após mais de duas décadas.

Apesar disso, em evento em comemoração ao dia do policial federal realizado na sede da corporação na segunda-feira (16), Andrei negou a existência de crise na PF e disse que não se pode conceber que "vozes isoladas queiram se achar maiores que a própria Polícia Federal" . As declarações aconteceram ao lado do ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva.

"Não há crise, racha interno, muito menos perdas de autono-

""Não arredarei um milímetro da intransigente defesa da Constituição" Andrei Rodrigues

mia na Polícia Federal. Somos mais de 16 mil servidores, ministro Wellington, espalhados em mais de cem unidades da Polícia Federal, trabalhando por um bem comum. Não se pode conceber que vozes isoladas queiram se achar maiores que a própria Polícia Federal. É preciso entender definitivamente

que a polícia federal só tem um lado: do trabalho sério, técnico e imparcial."

Em seu discurso, o diretor-ge-ral afirmou ainda que ele e sua família estariam sendo alvo de ataques e que não vai ceder a intimidações. "Por mais que ataquem a instituição e a mim e aos meus familiares diretamente, não irão intimidar, porque sabemos o que está por trás de tudo: a cobiça, cargos estratégicos e o comando da nossa instituição", disse.

Andrei seguiu: "Não arredarei um milímetro da intransigente defesa da Constituição e das leis, assim como da defesa das prerrogativas de cada cargo e função dessa casa, inclusive do diretor-geral".

Ele afirmou ainda que a hierarquia e a disciplina são princípios "inafastáveis" da corporação. "Assim como a autonomia técnica e a responsabilidade funcional. A propósito, uma sem a outra não funciona. Ao contrário, geram mazelas e vícios que experimentamos não faz muitos anos, com resultados nefastos ao sistema de justiça criminal e ao país."

Em nota divulgada na semana passada, a ADPF afirmou que o afastamento dos dois delegados que produziram os primeiros re-

latórios sobre os ministros do STF no caso Master evidenciaria "uma postura recorrente da atual direção da Polícia Federal, marcada por atos que contrariam princípios historicamente observados pela instituição, como o respeito à condução dos inquéritos por seus respectivos presidentes e o necessário distanciamento da gestão em relação à atividade da polícia judiciária".

No discurso durante a cerimônia realizada segunda, Andrei usou uma metáfora para responder indirctamente às críticas dos delegados. "Não hesitarei jamais em proteger sempre e de forma aguerrida a nossa instituição. Todos sabem que, nesta gestão, aliás, como lembra o dito popular, o rabo não balança o cachorro", afirmou.

O diretor de Combate à cor-

rupção da PF, Dennis Cali, responsável pela área que produziu os relatórios do caso Master c que mandou eles serem refeitos, não compareceu à cerimônia, que contou com a presença de outros diretores da PF. O Valor apurou que Cali está em missão fora de Brasília. Já o ministro da Justiça, que cobrou de Andrei explicações sobre a saída dos dois delegados, chegou ao evento ao lado do diretor-geral da PF e os dois conversaram e demonstraram estarem com certa proximidade.

No começo de seu discurso, Andrei ainda elogiou as associações de agentes e peritos da PF e ignorou a de delegados, da qual se desfiliou. Segundo ele, as entidades que representam as duas categorias tiveram uma postura "responsável" mesmo sem aderir à gestão.

Conversas de Vorcaro mostram ofensiva contra ex-presidente da CVM

Liane Thedim e Mateus Coutinho Do Rio e de Brasília

Diálogos entre Daniel Vorcaro e o advogado Walfrido Warde, que integrava a equipe jurídica do exdono do Master, mostram que os dois atuaram para atrasar ou obter decisões favoráveis em processos contra o banco na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Um dos processos, que na época concentrava as atenções de Vorcaro, acabou indo para a geladeira por mais de seis meses, após suposta intervenção de Warde. "Salvei a tua vida mais uma vez", disse o advogado pouco depois da sessão da autarquia. "Te amo", respondeu Vorcaro. "Eu também", devolveu Warde.

As conversas foram extraídas do celular de Vorcaro pela Polícia Federal (PF), e o Valor teve acesso às transcrições. Em meio a trocas de elogios inclusive sobre o físico do ex-banqueiro - "Você é jovem. Vai sair dessa muito rico e poderoso, famoso e gostosão" - , a dupla discutiu diversas maneiras de interferência, incluindo tentativas de intimidação do então presidente da CVM, João Pedro Nascimento.

A principal preocupação naquele momento era com o processo que apurou operações fraudulentas com o fundo imobiliário Brazil Realty e que teve entre os acusados Master e Vorcaro. Segundo a área técnica da CVM, a fraude envolveu a utilização de bens avaliados por valores superiores aos reais para adquirir cotas do fundo, entre 2018 e 2020.

As negociações eram facilitadas por outras empresas, como a Entre Investimentos e a Viking Participações, ligada a Vorcaro. O Banco Máxima, que depois virou Master, obteve lucro de R$ 10,8 milhões, segundo os cálculos da fiscalização. A CVM identificou prejuízos de R$ 5,8 milhões para fundos que negociaram esses papéis.

Vorcaro e o Máxima entraram com pedido de acordo em outubro de 2021, no total de R$ 1 milhão, para encerrar o caso sem julgamento de mérito. Mais de um ano depois, em 20 de dezembro de 2022, a proposta foi rejeitada pelo colegiado, por unanimidade.

Em maio de 2023, Máxima, Vorcaro e Viking apresentaram nova proposta, de R$ 1 milhão do banco e R$ 500 mil cada pelos demais. A Procuradoria da CVM se manifestou contra o acordo e, em setembro, foi a vez de o Comitê de Termo de Compromisso recomendar a rejeição. Caso o colegiado entendesse que os acordos poderiam ser celebrados, sugeria elevar os pagamentos a R$ 47,4 milhões pelo Máxima, R$ 47,4 milhões por Vorcaro e R$ 55 milhões pela Viking.

O processo ficou em banho-maria por 11 meses e 14 dias, quando Warde avisa: "Irmao. Negocio cvm esta pautado pra terça." O ex-banqueiro responde: "Estou totalmente confiando em ti mais uma vez. Acho importante vc ir pra cima e fazer despacho de novo com todos double check." O advogado, então, reclama que não tem "contrato nesse trabalho". "Mas depois a gente vê. Trabalho por amor."

O ex-banqueiro retruca que há, sim, um contrato que prevê o pagamento de R$ 10 milhões "no êxito", ou seja, se Vorcaro vencer. "Mas isso ficou pouco pra vc. Veja o que fica bom. Só nao podemos perder. JP está arisco." O então presidente João Pedro Nascimento é conhecido no mercado como JP.

Vorcaro então instrui Warde a "ir atrás dele e do outro. E da mulher. Ate terça" Na época, havia uma única mulher na diretoria da autarquia, Marina Copola, que permanece no posto até hoje. Além dela, compunham a diretoria o relator do caso, Otto Lobo, atual presidente da CVM e então diretor nomeado pelo governo Bolsonaro, João Accioly, que ainda ocupa o cargo, e Daniel Maeda, que havia se manifestado impedido (ele deixou a diretoria em dezembro de 2024). Portanto, somente quatro diretores iriam votar. Em caso de empate, o voto de Nascimento determinaria o resultado, por ser presidente.

Apenas quatro dias depois, em 26 de agosto de 2024, o ex-dono do Master cobra de Warde: "A mulher da diretoria. Nao fizemos despacho?" O advogado responde: "Fizemos com todos. Henrique [Machado, que foi diretor da CVM entre 2016 e 2020 e entrou para o Warde Advogados em 2021] está lá desde domingo." Warde afirma que Machado pediu "novo despacho" e "espera aceno do presidente." O advogado pergunta se Vorcaro ligou para "aquela pessoa", sem citar o nome: "Tenho café com o amigo às 8 amanhã."

Nascimento novamente é alvo de queixa: "Quem está empatando é o principal." O ex-banqueiro afirma que Warde "tem relação boa com ele" e que poderia "fazer

uma pressão". "Estou fazendo, creia em mim. Vou tentar mais uma vez", responde o advogado.

O ex-dono do Master diz, indignado, que não entendia a "postura" de Nascimento porque dois anos antes havia estado com ele. Warde afirma que Nascimento "é um bobo": "Está querendo agradar todo mundo." O advogado promete estar na CVM no dia seguinte "cedinho." "Mandar pra area tecnica agora de novo será desastre."

É procedimento previsto que diretores da CVM recebam advogados de citados em processos para reuniões. Os encontros de Machado com Copola foram registrados na agenda oficial da diretora nos dias 23 (que também teve presença de Nascimento), uma sexta-feira, e 28 de agosto daquele ano, a quarta-feira seguinte, esta com a presença de Accioly. Já na agenda oficial de Lobo não consta reunião com Machado nesse período.

No dia seguinte, 27 de agosto, o caso estava na pauta do colegiado. Antes da sessão, Warde encaminha a Vorcaro uma atualização: "A informação de agora é de que ele [Nascimento] não vai mudar. Ou seja, vai mandar recomeçar o trâmite do termo de compromisso." O acordo, portanto, voltaria para a área técnica, como Vorcaro temia.

Na reunião, Lobo contesta os cálculos da área técnica e retira o processo de pauta. A nova sessão estava marcada para 3 de setembro de 2024. Em 30 de agosto, Warde demonstra nervosismo. "Tenho uma solução para CVM. Liga urgente. Muito importante. Da pra ganhar na terça. Mas preciso falar com vc." No dia da sessão, às 7h59 Warde pergunta se Vorcaro fez o que combinaram. Ele responde: "Fiz o que falamos. Mas não acho que terá efeito. A mulher é a chave pq o cara [Nascimento] não vai abrir."

À tarde, o colegiado rejeita a conta da multa do comitê, mas também considera insuficientes os R$ 2 milhões oferecidos pelos três e determina que os valores sejam corrigidos. De acordo com fontes a par das conversas durante a reunião, Lobo acabou aceitando, a contragosto, que o processo fosse devolvido para área técnica e a decisão foi por unanimidade.

Em 22 de outubro de 2024, o comitê propõe multa de R$ 5,94 milhões para o Banco Master, R$ 4,95 milhões para a Viking e R$ 2,97 milhões para Vorcaro. O ex-banqueiro não gosta dos números. "Eu nao tenho nada com isso. Nao era gestor de nada. Eles precisam colocar o valor todo no master. Viking e daniel nao podem pagar multa."

Nessa época, Vorcaro enfrentava exigências regulatórias e de liquidez do Master no Banco Central (BC). Em agosto de 2024, o BC aprovou a aquisição da Will Holding, controladora do Will Bank, pelo Master, e, em novembro, Vorcaro assinou termo de compromisso com a autoridade monetária para promover correções na gestão do banco. Segundo fontes, isso pode explicar o empenho de Vorcaro em aprovar um acordo com a CVM que "aliviasse" seu nome.

Em 23 de outubro, Warde envia a Vorcaro uma contraproposta: R$ 11,880 milhões para o Master, R$ 1,480 no Viking e somente R$ 500 mil para Vorcaro. Ele concorda com os valores, mas, na semana seguinte, em 29 de outubro de 2024, os planos não caminham conforme desejado e o Comitê da CVM rejeita a contraproposta.

Nova apreciação de valores propostos pelo comitê estava marcada para 17 de dezembro daquele ano. Um dia antes, Warde envia a Vorcaro texto que iria para algum veículo de mídia com quem tivesse relação. A nota dizia que Nascimento foi "inventado por Flávio Bolsonaro, seu padrinho de primeira hora, responsável direto por sua nomeação ao tempo em que o pai mandava no Planalto." "Eleito Lula da Silva", prossegue ele, "caiu em desgraça". O texto não foi publicado.

Após o retorno para o comitê, o processo já estava "saneado e pronto para ser apreciado", dizem fontes. Mas Lobo pede vista e adia novamente a decisão. A praxe é que a vista dure até 30 dias, mas Lobo ficou com ele por mais de cinco meses. O processo só voltaria à pauta em 27 de maio de 2025, sem manifestação do relator, algo "pouco usual", segundo as fontes.

Uma semana antes, em 20 de maio, o advogado envia ao exbanqueiro link de reportagem de O Globo dando conta de que Henrique Machado tinha entrado para a defesa do banco: "Diretor da CVM que votou para livrar Master de acusação de fraude virou advogado do banco."

Vorcaro ironiza: "Gostei rs. Quase um convite de trabalho para todos os outros." Warde devolve: "Agora seremos contratados em dobro. Kkkkkk." E o ex-banqueiro vai além: "Ja vamos mandar carta oferta para os atuais."

Mas, na véspera da sessão do colegiado, o bom humor some: "Devemos ter problemas na aprovação de seu termo de compromisso na CVM. Eu estarei com o Henrique [Machado] logo mais e terei maiores informações pra lhe dar", avisa.

Em 26 de maio, Vorcaro interpela o advogado: "Amanha vai julgar cvm? Nao podemos deixar." O

exbanqueiro preso encomenda "um texto pra midia" sobre Nascimento e sugere uma jogada para adiar a sessão: "Nao podemos entrar pedindo impedimento dele? Pra tumultuar. Pelo irmão." O advogado é taxativo: "Não. Isso só vai piorar." Vorcaro insiste: "Temos que ir para cima. Senão ferrou amanhã."

Warde argumenta que não há provas de que Nascimento atuou em nome do irmão, que trabalhava havia mais de 20 anos no BTG Pactual e não tinha envolvimento direto em casos julgados pelo então presidente da CVM. "Temos prova que o irmao trabalha btg. Concorrente", diz Vorcaro. "Não é suficiente. Serve pra nota. Não pra impedir", responde Warde.

A dupla então começa a negociar. "Estou vendo as possibilidades. Se eu conseguir uma semana serve?", pergunta Warde. Vorcaro responde que quer duas semanas, mas que três seria o ideal.

No dia seguinte, em 27 de maio de 2025, é Accioly quem pede vista do processo. Em meio às dificuldades para fazer o processo andar, Nascimento e Copola decidem antecipar suas decisões e votam pela rejeição dos acordos. Lobo opta por aguardar a manifestação de Accioly. Assim, a reunião mais uma vez termina sem decisão.

As três semanas desejadas por Vorcaro viram mais de seis meses. O processo volta ao colegiado somente em 2 de dezembro de 2025, com o ex-banqueiro já preso na Operação Compliance Zero. Accioly vota pela rejeição do acordo, e Lobo, então presidente interino, acompanha. Somadas, as vistas dos dois mantiveram o caso fora de pauta por cerca de 11 meses. Em setembro de 2026, com o esquema do Master já revelado, a CVM condenou os citados por unanimidade no processo e aplicou multas de mais de R$ 200 milhões.

A ofensiva contra Nascimento já vinha sendo arquitetada desde 2024, usando influenciadores digitais como artilharia. Em conversa com o publicitário Thiago Miranda em 26 de maio de 2025, Vorcaro encomenda a campanha: "Vamos ter que ir pra cima hoje ja desse JP na midia."

O publicitário, responsável pelo esquema de pagamento de até R$ 2 milhões por post para intimidar ou coagir quem não aderisse ao denominado "Projeto DV", promete buscar pontos fracos. Três horas depois, envia um primeiro arquivo com o nome "Pauta Presidente CVM": "Não tem mta coisa dele ainda. Pessoal tá puxando." O ex-banqueiro não gosta do material: "Isso não tem nada a ver. Negócio é o irmão que trabalha BTG."

Miranda pede os dados do irmão de Nascimento. No dia seguinte, no entanto, o retorno é decepcionante para Vorcaro: "Levantamos tudo por aqui. O cara não tem nada. Low profile total."

A insatisfação com Nascimento atinge então seu ápice: em 24 de junho de 2025, o então presidente da CVM e Copola votam pela necessidade de realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) por aumento de participação na Ambipar - discussão motivada por uma operação de compras coordenadas de ações que teria envolvido, segundo as investigações da CVM, Vorcaro; Tércio Borlenghi Jr., controlador da empresa; Maurício Quadrado, dono da Trustee; e o empresário Nelson Tanure em um segundo momento. A estratégia elevou os preços dos papéis em mais de 600%.

A sessão é suspensa por pedido de vistas de Lobo. Com Nascimento na presidência, mesmo que Lobo e Accioly votassem contra, a Ambipar seria obrigada a fazer a operação bilionária. Isso porque o voto de Nascimento tem peso de desempate, o chamado voto de qualidade.

Antes que o processo voltasse à pauta, em 2 de julho de 2025, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) da Câmara, presidida pelo então deputado Filipe Barros (PL-PR) - agora eleito senador -, aprovou convite a Nascimento. No dia seguinte, Barros apresenta requerimentos ao Banco Central e à Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) sobre a atuação de Nascimento em casos ligados ao BTG.

Barros havia apresentado na Câmara proposta que beneficiava o Master. Em novembro de 2024, protocolou um projeto de lei que estipulava o aumento da cobertura do FGC de R$ 250 mil para R$ 1 milhão.

Nascimento foi à audiência na Câmara em 8 de julho e lá assegurou que não havia conflito de interesses. Afirmou ter votado em três processos envolvendo o BTG, sendo que em um votou contra o banco e nos outros dois seguiu a recomendação da área técnica. "O resultado teria sido o mesmo com ou sem a minha participação", disse.

O cerco foi se fechando. Em 14 de julho de 2025, Ciro Soares, outro advogado do Master, informa a Vorcaro que a CVM havia aberto processo contra a diretoria do Banco de Brasília (BRB) com o comentário "F* que não é decisão de colegiado. FDP." Vorcaro responde: "Ridículo essa. Não tem mais o que inventar." Três dias depois, em 18 de julho de 2025, às 14h09, o advogado afirma a Vorcaro: "Irmão. Temos que tomar alguma providência contra o cara da CVM. Ele está passando dos limites."

Não demorou muito. Nesse mesmo dia, Nascimento apresentou sua renúncia ao cargo, faltando dois anos para o fim de seu mandato. Fontes afirmam que ele deixou o posto às pressas por estar sofrendo pressão para aliviar o Master. Além disso, via o convite para depor no Congresso como tentativa de intimidação. A decisão de renunciar teria se tornado inadiável quando ele, segundo essas fontes, recebeu ameaças de morte contra sua família.

No dia seguinte à renúncia, em 19 de julho de 2025, Soares diz a Vorcaro: "Me ligaram aqui agora. Elogiando vc até a Lua." "O Otto Lobo da CVM me pedindo uma ajuda para falar com o senador Otto [Alencar]. Pediu para levá-lo no Otto [Alencar], porque ele quer ficar na presidência da CVM. O Otto da CVM é muito meu amigo e gosta de você [Vorcaro]. Até falou comigo que chama você de "leãozinho da montanha". Eu falei: "Gostei do apelido, viu". E ele [Lobo] falou: "Sim, o leãozinho da montanha, o moleque é danado, trabalhador"", disse Soares a Vorcaro.

Como membro da CAE, Alencar é responsável pelas sabatinas dos indicados para a CVM. Vorcaro responde: "Ótimo ele. Tem que colocar ele na presidência". E, depois, prossegue: "Vamos fazer acontecer. Vou falar com minha turma." Ao que Ciro Soares completa: "Por vc, irmão. Toca de um lado, eu toco do outro."

Com a renúncia, Lobo assume como presidente interino por ser o mais antigo na diretoria e, em 29 de julho, ele e Accioly votam contra a OPA da Ambipar. Para desempatar o placar, já em dois a favor da OPA, Lobo evoca o voto de qualidade, em ação polêmica, já que Nascimento já havia vota

do na condição de presidente.

Lobo ficou como interino até dezembro do ano passado, quando acabou seu mandato. Após intensa campanha nos bastidores por apoio à sua indicação para o posto, em janeiro, o governo Lula enviou o nome de Lobo ao Senado e, em maio, foi aprovado. Nomeado em 4 de junho, o atual presidente da CVM tem mandato-tampão até 14 de julho de 2027. Accioly deixa a diretoria em dezembro.

Procurados, Copola e Nascimento não quiseram se pronunciar. A defesa de Vorcaro, o BTG e o gabinete de Filipe Barros não responderam ao Valor. Warde afirmou, em nota, que "não reconhece a autenticidade das referidas mensagens e indaga se os arquivos de onde supostamente foram extraídas se submeteu à devida peritagem técnica."

Machado também enviou nota ao Valor afirmando não reconhecer a veracidade das mensagens e não ter "ingerência sobre eventuais diálogos mantidos por terceiros." "De toda forma, verifico apenas o exercício regular da advocacia num caso em que o cliente teve todos os seus pedidos negados e restou condenado." No Linkedin, ele informa que deixou o Warde advogados em junho.

Já a CVM afirmou que é "retratada nas mensagens como órgão independente e insuscetível a pressões externas, em estrito alinhamento aos deveres funcionais de seus membros." "Apesar de se tratar de conversas pessoais de terceiros, as quais devem ser interpretadas sempre com cautela, seu teor é claramente indicativo de que os membros da CVM foram contatados por meio das instâncias adequadas, isto é, as reuniões de despacho [audiências particulares] previstas na legislação aplicável."

Site: https://valor.globo.com/impresso

Pessoas com burnout e outros transtornos se sobrecarregam ao precisar provar que estão doentes

Simone Machado

Não há gesso, curativo ou cicatriz. Quem sofre de doenças mentais, como burnout , depressão ou transtorno de pânico , costuma ter a aparência de quem está bem, e isso pode gerar um problema: a doença precisa ser comprovada não só ao **INSS** e ao empregador, mas também a amigos e até mesmo a familiares.

A desconfiança acontece mesmo em um cenário em que o problema é crescente . Em 2025, o **INSS** concedeu 546.254 benefícios por incapacidade temporária ligados a transtornos mentais, alta de 15,6% sobre os 472.328 de 2024, segundo dados do Ministério da Previdência. Em 2023, eram 283,5 mil.

Ansiedade e depressão respondem por 86% dos afastamentos do tipo, de acordo com levantamento da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt). Os casos de burnout quase quadruplicaram em dois anos, passando de 1.760 em 2023 para 6.985 em 2025.

Mesmo diante do aumento de casos, quem precisa se afastar do trabalho durante o tratamento, em muitos casos, enfrenta a desconfiança de outras pessoas.

A gestora ambiental Elaine Cristina Almeida Mueller Lima, 35, passou os últimos três anos afastada pelo **INSS** por burnout.

O benefício terminou em agosto de 2026, mas ela diz que a pior parte da doença foi ter de provar, repetidas vezes, que ela existia.

Moradora de São José, município de Santa Catarina, ela entrou na empresa no fim de 2019, pouco antes da pandemia da Covid, e, em julho de 2020, foi promovida a gerente-geral.

Elaine acumulou a nova função com a gerência de vendas, passou a fazer horas extras todos os dias e, em janeiro de 2023, teve uma crise de choro que a impediu de trabalhar naquele dia.

"Eu já fazia terapia e, ao relatar o que havia acontecido ao meu terapeuta, ele me orientou a desacelerar. Para não prejudicar a empresa, eu pedi três meses de licença não remunerada, mas, alguns dias antes de retornar ao trabalho, tive outra crise", recorda Elaine.

Devido à piora no quadro, a gerente precisou ser afastada pelo **INSS**. Foi na perícia que o sofrimento ganhou outra dimensão; por duas vezes, ela foi questionada sobre se realmente estava doente.

"Um perito chegou a dizer que eu não parecia doente, já que havia tomado banho e estava arrumada", conta.

A descrença, segundo Elaine, também vinha de perto, como de familiares e amigos.

"Meu marido chegou a dizer que era frescura. Fui questionada por outros familiares quando fiz uma viagem durante o meu afastamento. Isso cria uma briga interna. Cheguei a me questionar se eu realmente estava doente ou se eu era uma farsa", relata.

Situações como essa expõem uma dificuldade enfrentada por quem convive com doenças que nem sempre apresentam sinais físicos visíveis. Em casos de burnout, depressão, transtornos de ansiedade e síndrome do pânico, por exemplo, o sofrimento pode comprometer a capacidade de trabalhar, manter a rotina e realizar atividades cotidianas, mas não impede necessariamente a pessoa de sair de casa.

"Uma pessoa pode conseguir encontrar amigos por algumas horas, fazer uma caminhada ou participar de uma reunião familiar e, ainda assim, não ter condições clínicas de enfrentar uma jornada de trabalho, com cobranças, metas, responsabilidades e exposição prolongada a fatores de estresse", explica Roberto Ratzke, médico psiquiatra, professor e coordenador de Psiquiatria do Hospital Heidelberg, em Curitiba.

Uma pessoa pode conseguir encontrar amigos por algumas horas, fazer uma caminhada ou participar de uma reunião familiar e, ainda assim, não ter condições clínicas de enfrentar uma jornada de trabalho, com cobranças, metas, responsabilidades e exposição

prolongada a fatores de estresse

médico psiquiatra

Manter vínculos e ter momentos de lazer, inclusive, faz parte do tratamento de transtornos mentais, e o isolamento tende a agravar o quadro. O afastamento é recomendado para interromper a exposição ao que adoeceu a pessoa, em geral, o trabalho, e não para que ela fique fechada em casa.

"Dependendo do diagnóstico e da fase do tratamento, retomar atividades prazerosas, manter vínculos sociais, praticar exercícios físicos e estabelecer uma rotina saudável são medidas terapêuticas importantes", acrescenta Ratzke.

Ainda assim, pacientes frequentemente precisam justificar suas limitações ou encarar o problema sozinhos, com medo do julgamento e de comentários de outras pessoas.

Foi o que aconteceu com a publicitária Carolina Augusta Garcia, 46. Com medo dos julgamentos, ela enfrentou o burnout sozinha, em 2019, e, mesmo tendo crises de desmaio que a levaram ao hospital, ela não contou sobre o problema a familiares nem mesmo na empresa.

"A primeira dificuldade foi reconhecer que eu estava doente. Depois escondi de todos, inclusive da minha família. Eu não sabia como lidar e, por estar com ajuda terapêutica, eu achava que já estava tomando as providências necessárias. Não contei no trabalho, continuei trabalhando e passando por tudo isso sozinha", recorda.

O medo e a vergonha de receber julgamentos fizeram com que a publicitária evitasse ir para a casa da família passar o Natal e ficasse sozinha na data.

"Eu não contei para ninguém, porque o receio de as pessoas saberem e de eu ser julgada era muito maior que tudo isso", acrescenta.

Especialistas ouvidos pela reportagem alertam que essa desconfiança e esse julgamento podem ultrapassar os constrangimentos sociais e afetar diretamente a recuperação.

Pacientes que precisam lidar com comentários, cobranças e julgamentos podem sentir culpa, vergonha e medo de expor sua condição. Em alguns casos, como o da Carolina, eles escondem o diagnóstico, evitam atividades sociais e deixam de procurar ajuda por receio de serem considerados incapazes ou exagerados.

No ambiente profissional, a situação também pode representar um obstáculo. Trabalhadores afastados por transtornos mentais podem enfrentar ainda desconfianças sobre sua capacidade, receio de perder o emprego, dificuldades no retorno às atividades e até discriminação.

A necessidade de demonstrar produtividade ou aparentar disposição pode levar pessoas adoecidas a continuar trabalhando, mesmo sem condições adequadas.

"Na prática, eu vejo três consequências principais: a piora dos sintomas, porque o isolamento e a vergonha aumentam; pior adesão ao tratamento, porque o paciente passa a duvidar de si mesmo e abandona a medicação ou a terapia; e uma vigilância constante em que o paciente gasta muita energia tentando provar que está doente em vez de usá-la para se recuperar", detalha Gustavo Omena, psiquiatra e diretor médico do Instituto do Pensamento.

Quem recebe o diagnóstico de algum transtorno mental, como depressão, síndrome do pânico e burnout, tem direitos garantidos pela legislação brasileira, tanto no ambiente de trabalho quanto no acesso a tratamentos e benefícios previdenciários.

Dependendo da gravidade do quadro, o trabalhador pode ter direito ao afastamento temporário das atividades laborais, com recebimento de auxílio por incapacidade temporária do **INSS**. Para isso, é necessário comprovar a condição de saúde e a impossibilidade de exercer o trabalho por meio de documentação médica e avaliação pericial.

No ambiente profissional, a legislação também prevê proteção contra práticas discriminatórias em razão de condições de saúde. A empresa não pode submeter o funcionário a situações de constrangimento, perseguição ou tratamento desigual devido a um transtorno mental.

Além disso, dependendo das circunstâncias, doenças relacionadas ao trabalho podem ser reconhecidas como ocupacionais, o que pode assegurar direitos específicos, como estabilidade provisória após o retorno do afastamento.

Ciência, hábitos e prevenção numa newsletter para a sua saúde e bem-estar

Carregando...

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2026/11/pessoas-com-burnout-e-outros-transtornos-se-sobrecarregam-ao-precisar-provar-que-estao-

doentes.shtml

Ministro aliado de Alckmin ganha força como possível novo chefe da Defesa (ministério da defesa)

Augusto Tenório

Guilherme Pimenta

O nome do ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa , principal aliado do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), ganhou força nos últimos dias para ocupar o comando da pasta da Defesa no próximo governo Lula (PT).

Também são citadas como opções a atual secretária-geral da Defesa, Cinara Fredo , que conta com o apoio do atual chefe da pasta, José Múcio , e também a ex-ministra do Planejamento Simone Tebet (PSB), que saiu derrotada da disputa por uma vaga no Senado por São Paulo.

Múcio assumiu o Ministério da Defesa no início do atual mandato do presidente Lula, como parte da cota pessoal do presidente. Ele é um nome de confiança do petista e tinha boa relação com a cúpula das Forças Armadas , algo que era tido como crucial diante da adesão de parte dos militares ao governo de Jair Bolsonaro (PL) .

Ao longo deste período, porém, o ministro sinalizou vontade de deixar o cargo algumas vezes, mas acabou permanecendo no posto a pedido de Lula. Com a **reforma ministerial** a ser deflagrada para o próximo mandato, a saída de Múcio é dada como certa por diferentes alas do governo, assim como a nomeação, novamente, de um civil para a chefia da pasta.

Márcio Elias Rosa ocupava até abril deste ano, o posto de secretário-executivo da pasta do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, sob o comando de Alckmin -que deixou o cargo no ministério para concorrer à reeleição com Lula.

A avaliação no governo é a de que Rosa cresceu no comando da pasta. Ainda antes disso, ele se aproximou do presidente Lula em meio às negociações do tarifaço imposto ao Brasil pelo presidente dos Estados Unidos , Donald Trump .

O então secretário-executivo estava com Lula na viagem para a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático, em português), em novembro de 2025, quando o petista teve seu primeiro encontro com Trump para negociar o fim das tarifas.

Rosa não tem experiência com as Forças Armadas, avaliam colegas de governo, mas teria interface com o desenvolvimento da indústria militar. Além disso, afirmam que ele saberia lidar com forças de segurança por ter chefiado o Ministério Público de São Paulo de 2014 a 2016.

Múcio, por sua vez, vem há meses fortalecendo o nome de Cinara Fredo como sua sucessora. Ela assumiu a secretaria-geral da Defesa em junho de 2025, tendo sido a segunda mulher a ocupar o posto.

Interlocutores do Ministério defendem Cinara como uma solução caseira para a pasta. Ela daria continuidade ao trabalho de Múcio, tem boa relação com a cúpula das forças, mas também seria a personificação de uma mudança no ministério, que, pela primeira vez, seria comandado por uma mulher. Isso num contexto em que Lula é pressionado por mais diversidade na Esplanada.

Servidora de carreira do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), Cinara trabalhou na pasta da Previdência no governo Michel **Temer** (MDB) e nos ministérios da Economia e da Cidadania durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL). No governo Lula 3, passou pela Secretaria de Governo Digital antes de chegar à Defesa.

Na avaliação de interlocutores de Múcio, a Defesa tem uma estrutura própria que permite a nomeação de um ministro sem experiência com militares em crise. Nessa leitura, Rosa é considerado experiente e teria perfil para o ministério, a despeito da preferência do atual ministro por Cinara.

A ex-ministra do Planejamento, Simone Tebet, também é citada como possível nome para a Defesa, embora a chance seja remota, avaliam colegas, pelo fato de a pasta não ter tradição de projetar politicamente seus ministros. Derrotada na campanha

pelo Senado em São Paulo, ela é vista como um nome com potencial de voltar a disputar cargos eletivos.

Depois das eleições, Lula viajou por uma semana para participar da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP31, na Turquia, e da cúpula da Asean, nas Filipinas. O presidente emendou as agendas com uma visita à Espanha e retornou ao Brasil nesta segunda-feira (16).

Agora, espera-se que Lula se encontre com o presidente nacional do PT, Edinho Silva, para discutir a **reforma ministerial** e começar a formação do seu próximo governo . Edinho conversou com dirigentes de outras legendas e vai relatar o diálogo.

Para esta semana, são esperadas as primeiras indicações de ministérios. Pastas centrais, como a Fazenda, devem ser nomeadas primeiro. A Defesa, pela falta de ambição política, deve ser uma das últimas a serem anunciadas, de acordo com integrantes do governo.

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/11/ministro-aliado-de-alckmin-ganha-forca-como-possivel-novo-chefe-da-defesa.shtml

Reforma Tributária gera risco de inflação em 2027

FABIO GRANER fabio.graner@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Incerteza em torno do efeito da entrada em vigor da CBS é alta, e projeções de impacto sobre o IPCA vão de 0,1 ponto a

Grande aposta para o aumento da produtividade no Brasil nos próximos anos, a **Reforma Tributária**, prevista para começar efetivamente em janeiro, tem risco de causar impacto inflacionário no próximo ano, somando-se a outros choques que estão afetando os índices de preços, como o El Niño, a alta do petróleo e o fim da escala de trabalho 6x1.

A incerteza em torno dos efeitos de curto prazo nos preços da entrada em vigor da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) é alta. Esse tributo federal irá substituir o PIS e a Cofins. Ainda assim, especialmente depois da definição da alíquota em 11,3% pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tanto no governo como no setor privado tem crescido a percepção de aumento no risco de ela gerar pressão de alta na **inflação**, especialmente nos primeiros meses de vigência.

A dimensão da incerteza fica reforçada pela discrepância entre as estimativas de impacto no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que variam de 0,1 ponto a mais de 1 ponto percentual.

O governo não tem estimativa oficial de impacto. Mas a secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Débora Freire, disse ao GLOBO que enxerga a possibilidade de um "efeito altista" nos preços especialmente no primeiro trimestre, ainda que de caráter temporário.

- Pode existir esse efeito inicial, principalmente por conta do aumento da alíquota em serviços. Mas esse efeito é único e tende a ser dissipado pelos próprios efeitos de equilíbrio geral da reforma -explicou Débora.

POSTURA DOS EMPRESÁRIOS

Outro interlocutor do Executivo reforça a leitura de que há riscos inflacionários em um primeiro momento da reforma por conta de uma assimetria de postura dos empresários. Os que ganham, explica esse técnico, tendem a esperar para repassar o menor custo para o consumidor, de forma a maximizar sua rentabilidade. Já os que "perdem" tenderiam a transferir os custos tributários adicionais para seus clientes, embora esse efeito esteja sujeito a uma série de outros fatores, entre eles a pressão concorrencial.

Ainda no governo, um terceiro interlocutor aponta o risco de um impacto superior a 1 ponto percentual no IPCA de 2027, por conta da alíquota de 11,3% definida pelo TCU. Esse valor, porém, ainda precisa ser validado pelo Senado, que tem sofrido pressão do setor privado para uma redução.

Entre os especialistas de dentro e fora do governo há divergência sobre se os senadores podem mudar a alíquota ou apenas dizer sim ou não para a conta do TCU.

Entre os economistas do setor privado, as contas de impacto variam. A estrategista de **inflação** da Warren, Andréa Angelo, fez um estudo especial sobre o tema e calculou em 0,56 ponto percentual o impacto no IPCA.

REPASSE INTEGRAL E IMEDIATO

"Nossa estimativa supõe repasseintegral e imediato. O repasse tende a ser maio remais rápido nos preços administrados, como energia, telecomunicaçõese combustíveis, e menor nos bens e serviços livres, mais sujeitos às condições de concorrência e de demanda", diz o texto, que faz uma série de estimativas para itens específicos com maiores altas e baixas decorrentes da reforma.

Andréa diz ainda que, se não houver reversão nesse ano das desonerações de **tributos** federais sobre combustíveis, o impacto da reforma será ainda maior.

"Se a desoneração temporária dos **tributos** federais sobre gasolina e etanol hidratado ainda estiver vigente na virada do ano, a entrada da CBS sobre combustíveis pode somar outros +51 bps (0,5 ponto percentual), levando o impacto total para cerca de +107 bps (1,07 ponto percentual)."

O ex-diretor do Banco Central e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Fábio Kanczuk calculou o impacto em 0,25 ponto porcentual no próximo ano. Apesar de intuitivamente ele acreditar que o efeito se dará no início do ano, as fórmulas de

projeção utilizadas em seu estudo apontaram o impacto no fechamento do ano.

No estudo, Kanczuk avalia que o efeito é pequeno e não tende a mudar as perspectivas de **inflação**. Porém, deve ser visto como um fator de risco para o IPCA de 2027, além de elevar potencialmente a carga tributária sobre o consumo no país.

RISCO A SER MONITORADO

A economista da XP Basiliki Litvac calculou em 0,15 ponto percentual o impacto da CBS no IPCA de 2027, embora na projeção oficial para o índice a instituição tenha sido mais conservadora e incorporado uma alta de apenas 0,05 ponto percentual.

A XP, em sua análise macro deste mês, destacou que a definição da alíquota da CBS em 11,3% surpreendeu as expectativas iniciais. "Estimar o impacto dessa mudança é tarefa complexa por depender de diversos fatores, como a estrutura de custos de cada setor, dinâmica de créditos tributários, margens e regimes especiais. Portanto, esse permanece como um risco a ser monitorado", diz o texto.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Durigan vai ao Senado explicar alíquota de 11,3% da CBS

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil

Em meio a questionamentos sobre a **reforma tributária**, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, participa nesta terça-feira (17), às 10h, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para discutir a alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Criado pela reforma, o tributo está previsto para entrar em vigor em 2027.

O percentual de 11,3% recomendado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) provocou questionamentos de parlamentares e representantes do setor produtivo, que pedem esclarecimentos sobre os critérios utilizados no cálculo e discutem a necessidade de adiar a implementação do novo tributo.

Além de Durigan, participam da audiência o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo Filho, e o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. O debate foi solicitado pelo senador Izalci Lucas (PL-DF) e ocorre em meio à pressão da indústria e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por mudanças no cronograma de transição da **reforma tributária**.

O TCU aprovou acórdão, no fim de outubro, recomendando uma alíquota de referência de 11,3468%. O índice supera a estimativa anterior de 9,21% apresentada pela equipe econômica.

A CBS é a parcela federal do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que substituirá o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins). O restante do IVA será composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), administrado em conjunto pelos estados e municípios, que substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS).

Alíquota em debate

A diferença entre os percentuais levantou dúvidas sobre os critérios adotados para definir a tributação . Relator da resolução que estabelecerá a alíquota, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) afirmou que o resultado apresentado pelo tribunal surpreendeu os parlamentares.

Todos nós fomos pegos de surpresa com uma alíquota de 11,3% na CBS. Agora vamos, com responsabilidade, aprofundar esse debate aqui no Senado , declarou o senador em 3 de novembro.

Todos nós fomos pegos de surpresa com uma alíquota de 11,3% na CBS. Agora vamos, com responsabilidade, aprofundar esse debate aqui no Senado , declarou o senador em 3 de novembro.

Izalci Lucas também questiona o impacto do percentual sobre a carga tributária total. Segundo o parlamentar, a estimativa do TCU supera em mais de dois pontos percentuais as projeções que vinham sendo consideradas pelo mercado.

Somada à projeção do IBS [Imposto sobre Bens e Serviços], aponta para uma alíquota conjunta próxima de 30%, acima da trava de 26,5% prevista na Lei Complementar 214, de 2025 , afirmou o senador no requerimento em que pediu a audiência.

Somada à projeção do IBS [Imposto sobre Bens e Serviços], aponta para uma alíquota conjunta próxima de 30%, acima da trava de 26,5% prevista na Lei Complementar 214, de 2025 , afirmou o senador no requerimento em que pediu a audiência.

O Senado é responsável por estabelecer o percentual definitivo por meio de resolução. O prazo para a definição termina em 15 de dezembro.

Não cumulatividade

A CBS incidirá sobre o consumo de bens e serviços e adotará um sistema de não cumulatividade, permitindo que as empresas aproveitem créditos relativos aos **tributos** pagos nas etapas anteriores da cadeia produtiva.

A mudança busca simplificar a cobrança de **impostos** sobre o consumo e reduzir a incidência de **tributos** em cascata, quando um imposto acaba compondo a base de cálculo de outra cobrança.

Os 11,3% representam uma alíquota de referência, utilizada como parâmetro para a definição do imposto. O percentual efetivamente cobrado pode variar conforme o tipo de operação e os benefícios previstos

na legislação, como:

Reduções de alíquotas para determinados setores;

Isenções e hipóteses de alíquota zero;

Regimes específicos de tributação;

Aproveitamento de créditos tributários nas operações anteriores.

Por isso, o índice de referência não significa, necessariamente, um aumento equivalente nos preços de produtos e serviços. Na semana passada, deputados envolvidos na discussão da **reforma tributária** admitiram rever isenções se o IVA ultrapassar os 26,5% estabelecidos na **reforma tributária**.

Indústria pede adiamento

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) contesta a metodologia utilizada pelo TCU para calcular a alíquota . A entidade considera que o percentual recomendado pode provocar aumento da carga tributária para o setor produtivo.

Um dos principais questionamentos envolve a utilização de dados de arrecadação entre 2012 e 2021. Segundo a indústria, o período inclui valores de PIS e Cofins influenciados pela incidência de ICMS e ISS, cuja inclusão na base de cálculo foi posteriormente contestada na Justiça.

A CNI defende a utilização de informações mais recentes e a revisão de premissas consideradas no cálculo, como a expectativa de redução da sonegação fiscal e o tratamento tributário das compras públicas.

Em carta encaminhada ao ministro Dario Durigan, a entidade também solicitou que 2027 seja utilizado para dar continuidade aos testes da CBS, com a manutenção temporária do PIS e da Cofins.

A OAB defende o adiamento das etapas previstas para o próximo ano, propondo que a implementação ocorra a partir de janeiro de 2028. A entidade aponta riscos de insegurança jurídica, aumento dos custos de adaptação e crescimento da judicialização.

Receita propõe flexibilização

Apesar das pressões, o governo federal não pretende adiar o calendário da **reforma tributária**. A **Receita Federal**, entretanto, prepara medidas para facilitar a adaptação das empresas ao novo sistema.

Na quarta-feira (11), Robinson Barreirinhas anunciou que encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar para permitir prazo adicional de um mês para o ajuste definitivo dos valores da CBS.

A proposta prevê que as empresas possam:

Recolher inicialmente o tributo com base em estimativas de créditos tributários;

Realizar o ajuste definitivo dos valores no mês seguinte;

Aderir facultativamente ao mecanismo, caso a proposta seja aprovada pelo Congresso.

A iniciativa busca reduzir os impactos sobre o fluxo de caixa das empresas durante a transição para o novo modelo tributário.

A Receita também anunciou flexibilizações de exigências fiscais e medidas para evitar penalidades a contribuintes de boa-fé que enfrentarem dificuldades operacionais na adaptação.

Adiar não é solução de nada. Ao adiar, adia-se também os problemas , afirmou Barreirinhas ao defender a manutenção do cronograma da reforma.

Adiar não é solução de nada. Ao adiar, adia-se também os problemas , afirmou Barreirinhas ao defender a manutenção do cronograma da reforma.

Senado tem prazo

A definição da alíquota de referência da CBS é uma das etapas necessárias para a implementação do novo sistema tributário. O Senado tem até 15 de dezembro para aprovar a resolução que estabelecerá o percentual.

Caso não haja definição dentro do prazo, será aplicado provisoriamente o índice recomendado pelo TCU.

Uma eventual redução ou revisão da alíquota também precisa considerar a exigência legal de preservação da arrecadação federal. Dependendo dos critérios alterados, poderá ser necessária uma mudança na Lei Complementar 214/2025 .

A discussão continua nesta quarta-feira (18), quando a CAE deverá ouvir especialistas e representantes da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da OAB.

Site:
https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-11/durigan-vai-ao-senado-explicar-aliquota-de-113-da-cbs

Agro tenta barrar limite a crédito tributário

Entidades do setor agroindus-trial estão temendo um impacto bilionário no custo das empresas caso seja aprovado, no projeto de lei complementar (PLP 299/2026) de ajuste fiscal, o mecanismo que limita a compensação de créditos tributários. O setor articula com a bancada ruralista uma medida para barrar a iniciativa do governo.

A votação do projeto deve ser concluída hoje (17) no Senado e seguirá para a Câmara dos Deputados. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) já indicou que pretende excluir esse trecho do texto por meio de uma emenda do senador Alan Rick (Republicanos-AC).

Atualmente, as empresas do setor acumulam crédito tributário, pois pagam o tributo sobre aquilo que vendem e descontam o que já foi pago nas etapas anteriores, como na aquisição dc insumos para a fabricação do produto final. Quando o imposto pago na compra dessa matéria-prima supera o devido

na venda, forma-se um saldo a favor do contribuinte. Esse acúmulo é bastante comum nas exportações, por exemplo, que não sào tributadas por força constitucional.

Pela regra atual, a companhia usa esse saldo para abater outros **impostos**, como o imposto de renda ou a contribuição prcvidenciá-ria patronal. Com o PU o crédito será usado apenas para abater o mesmo tributo. Além disso, os valores que seriam abatidos poderão ser contingenciados para o governo cumprir a meta fiscal e forçar o desembolso das empresas.

A entrada em vigor da **reforma tributária**, com a extinção dc **tributos** como PIS e Cofins, e a criação do IBS e da CBS (o imposto e a contribuição sobre bens c serviços), aumenta a dúvida sobre o processo de recuperação desse dinheiro pelas companhias. A lei complementar 214/2025 garantiu a compensação dos estoques de créditos com a nova CBS ou o ressarcimento às empresas. Já o PL de ajuste fiscal não faz essa ressalva.

A Associação Brasileira das In-

dústrias de Óleos Vegetais (Abiove) estima que o estoque de crédito dc PIS e Cofins acumulado nas empresas do setor esteja em R$ 7 bilhões. Como a exportação é desonerada, o saldo da contribuição paga na compra e no processamento de soja é abatido no imposto de renda.

André Nassar, presidente-exe-cutivo da entidade, disse que a expectativa era zerar esse saldo até o fim de 2028, com abate sobre a CBS e outros **impostos**. Entretanto, pelo texto do PLP, o crédito de PIS/Co-fins não poderá ser abatido na nova contribuição. As empresas podem pedir a restituição em dinheiro, mas o processo leva cinco anos.

O dirigente afirmou que a soja que será exportada cm 2027 como grão ou farelo já foi negociada com os agricultores, sem prever o impacto dessa medida. "Vai bater na margem das empresas", disse.

"A empresa terá que carregar o credito por mais tempo sem ser restituída e terá que desembolsar para pagar os **impostos** que seriam abatidos", disse. O cenário coloca em xeque a própria implantação da **reforma tributária**, defendeu. "Se há risco dc contin-genciar o crédito, quem garante que os nossos créditos da CBS serão pagos?", questionou.

O projeto não define prazo nem correção para o aproveitamento posterior dos créditos retidos. Para

o empresariado, isso vai obrigá-los a desembolsar mais recursos para quitar **tributos** federais.

Nos frigoríficos de carne bovina, também grandes exportadores, cerca de RS 4,2 bilhões deixarão de ser compensados para abater outros **impostos** federais e vão virar custo, conforme apurou o Valor. O número exclui os vetores que atingem a pecuária de forma ampla,

como insumos e o Funrural, e o lucro presumido, que afeta empresas de todos os setores.

Segundo o PLP, a limitação da compensação tributária poderá alcançar o montante de todo o con-tingenciamento do exercício, com percentuais diferenciados conforme o valor ou o tipo de crédito, o que seria feito por ato infralegal, ou seja, sem necessidade de aprovação pelo Congresso. O objetivo, diz o governo, é contribuir para o cumprimento das metas fiscais.

Segundo o senador Alan Rick, a medida não constitui ajuste fiscal. "Reter os créditos não reduz o passivo da União", escreveu ele, na justificativa da emenda.

Setor de transportes quer acabar com pagamento irregular de fretes que movimenta bilhões

Pietra Alcantara

A carta-frete, forma de pagamento ainda usada de maneira irregular no transporte rodoviário de cargas, pode estar com os dias contados. Para Felipe Dick, CEO da Roadcard, 2027 será um ano decisivo para o fim da prática, impulsionado pela fiscalização mais rígida do piso mínimo do frete, pela digitalização das operações e pelas mudanças da **reforma tributária**.

É o fim da carta-frete , afirmou o executivo em coletiva de imprensa na Fenatran 2026, em São Paulo. A Roadcard oferece soluções de pagamento eletrônico de frete e, portanto, é uma das empresas interessadas na migração do setor para os meios digitais.

A previsão chega num mercado em que a informalidade ainda pesa. Um estudo divulgado neste ano estimou que o uso irregular da carta-frete provoca perdas anuais de R$ 32,7 bilhões em arrecadação no transporte rodoviário de cargas.

Ao mesmo tempo, dados exclusivos da Dock, empresa de infraestrutura financeira que atende companhias do setor, mostram que o dinheiro movimentado digitalmente no transporte está crescendo. Entre outubro de 2025 e setembro de 2026, a empresa processou R$ 35,16 bilhões em entradas de recursos (cash-in) no segmento de transporte e logística, alta de 73,63% em relação aos 12 meses anteriores.

Os números da Dock mostram o avanço dos pagamentos digitais entre transportadoras e caminhoneiros que usam a infraestrutura da empresa. Em setembro de 2026, a plataforma tinha 164 mil contas ativas ligadas ao transporte, 36% a mais do que um ano antes, e registrava em média 4,5 milhões de transações por mês, cerca de 150 mil por dia.

Em 12 meses, os R$ 35,16 bilhões processados equivalem a uma média de R$ 2,93 bilhões por mês só em entradas de recursos.

A Dock fornece a tecnologia para empresas que oferecem serviços financeiros ao setor logístico, como JSL, Ambipar, Strada e a própria Roadcard. Na prática, o sistema permite que as transportadoras transfiram dinheiro direto para contas digitais dos motoristas, que usam cartão ou Pix para pagar combustível, alimentação e outras despesas da viagem. O vale-pedágio obrigatório também pode ser integrado a essas soluções.

Diferentemente da carta-frete, essas operações deixam rastro, embora o uso de meios digitais, por si só, não garanta o cumprimento de todas as obrigações legais e tributárias.

A carta-frete é um documento usado para pagar caminhoneiros, principalmente autônomos, que pode ser trocado por dinheiro ou usado em estabelecimentos credenciados, como postos de combustível. O modelo limita a liberdade do motorista sobre o dinheiro que recebe, dificulta o acompanhamento das operações e favorece a informalidade.

A legislação brasileira exige o pagamento eletrônico do frete aos transportadores autônomos justamente para dar mais transparência ao setor. Ainda assim, Dick afirma que a carta-frete e até cheques ao portador continuam em uso, e que há postos de combustível que trocam esses documentos por dinheiro.

O problema, segundo ele, vai além da sonegação. O caminhoneiro pode ficar dependente de estabelecimentos específicos para receber pelo serviço, e ainda sujeito a haver dinheiro disponível no local.

Além da fiscalização do piso mínimo, Dick acredita que a **reforma tributária** vai empurrar o setor para a formalização. Segundo ele, a possibilidade de aproveitar créditos tributários e a maior rastreabilidade das operações devem levar as empresas a rever seus procedimentos, num setor de margens apertadas, em que eficiência e controle financeiro fazem diferença na competitividade.

A transição, porém, ainda tem dúvidas regulatórias. Uma delas envolve os transportadores autônomos agregados, que prestam serviços recorrentes a uma mesma transportadora e podem receber por período, e

não por viagem. A regulamentação ainda precisa definir como esses contratos se encaixam nas regras de fiscalização e no piso mínimo do frete. Segundo Dick, a expectativa é que as novas regras contemplem as particularidades desses profissionais sem mudar a natureza da relação com as transportadoras.

Os dados da Dock mostram que a mudança já está em andamento, mas o crescimento do volume processado pela empresa não permite medir, sozinho, quanto a carta-frete encolheu no país.

O fim da prática, portanto, ainda não está garantido. Vai depender da efetividade da fiscalização, da implementação das novas regras e da adaptação de empresas e caminhoneiros. Por enquanto, os dois modelos convivem: operações digitais que já movimentam dezenas de bilhões de reais; e, infelizmente para prejuízo do motorista, mecanismos informais que seguem presentes nas estrada

Site: https://www.terra.com.br/noticias/setor-de-transportes-quer-acabar-com-pagamento-irregular-de-fretes-que-movimenta-bilhoes,e5a9754c47ef6773d99bf8fc650825d5cos5xtme.html

"Prévia" do PIB cai e reforça perda de fôlego da economia

MARIANNA GUALTER, MARIA REGINA SILVA, LETÍCIA CORREIA, GABRIELA JUCÁ E DANIEL TOZZI

"Prévia" do Produto Interno Bruto (**PIB**), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) caiu 0,25% em setembro ante agosto e acumulou retração de 0,86% no terceiro trimestre, na comparação com os três meses anteriores. O resultado reforça os sinais de perda de fôlego da economia, já apontados pelos indicadores de produção industrial, vendas do varejo e volume de serviços.

A queda em setembro foi menos intensa do que a prevista pela mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de 0,30%. O desempenho, porém, levou o mercado a revisar para baixo as expectativas para o **PIB** do terceiro trimestre. A mediana do **PIB** colhida pela Projeções Broadcast passou de estabilidade para retração de 0,2% ante o trimestre anterior, com estimativas que vão de queda de 0,7% a crescimento de 0,2%.

A perda de ritmo foi disseminada entre os setores. Em setembro, os serviços recuaram 0,06%, após queda revisada de 0,04% em agosto. A indústria teve retração de 0,42%, depois de avançar 0,74% no mês anterior.

Na comparação com setembro de 2025, o IBC-Br total ficou praticamente estável, com queda de 0,01%, resultado abaixo da mediana das estimativas do mercado, que apontava crescimento de 0,45%. O índice que exclui a agropecuária recuou 0,21%, enquanto o indicador específico do setor avançou 2,16%. Os serviços cresceram 0,27%, mas a indústria caiu 1,09%. O índice de **impostos** teve retração de 0,83%.

No balanço do terceiro trimestre, a queda de 0,86% do IBC-Br foi acompanhada por retrações tanto na atividade fora da agropecuária, também de 0,86%, quanto no indicador específico do setor, de 1,98%.

Os números também mostram desaceleração no acumulado em 12 meses. Até setembro, o IBC-Br registrou alta de 1,43%, ante 1,62% até agosto. No acumulado de janeiro a setembro, porém, o IBC-Br ainda acumula expansão de 1,40% em relação ao mesmo período de 2025. A agropecuária lidera, com alta de 2,22%, seguida pelos serviços, com 1,83%. O índice sem o setor agropecuário cresceu 1,37%, enquanto a indústria avançou 0,42%.

Para Yihao Lin, economista da Genial, o resultado confirma a expectativa de contração de 0,1% do **PIB** no terceiro trimestre, na comparação com o anterior. A instituição mantém, por enquanto, projeção de crescimento de 1,7% em 2026 e de 1% em 2027, mas com viés de baixa.

A Austin Rating também revisou para baixo suas estimativas. A projeção de crescimento do **PIB** em 2026 caiu de 1,7% para 1,6%, enquanto a de 2027 passou de 1,5% para 1,3%. Para o terceiro trimestre, a casa substituiu a expectativa de expansão de 0,2% por uma retração de 0,1%. Segundo o economista-chefe da Austin, Alex Agostini, o impacto dos efeitos dos juros elevados - já considerados nas projeções - tem sido mais intenso do que o esperado.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

IBC-Br mostra 32 tri em retração, mas mantém cenário para o ano

O índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) caiu 0,25% em setembro na comparação com agosto. Em agosto, o indicador teve de alta de 0,1 %- dado revisado da alta de 0,3% divulgada anteriormente.

O resultado de setembro veio levemente acima da mediana das estimativas colhidas pelo Valor Data, que apontava queda de 0,3%. Ao mostrar o encerramento do terceiro trimestre, economistas ouvidos pelo Valor afirmam que o indicador confirma o cenário de desaceleração da economia brasileira, com uma contração momentânea no período. Os analistas, porém, não apostam em impactos mais significativos para a projeção de crescimento do **PIB** no fim de 2026.

Na média móvel trimestral, usada para captar tendências, o IBC-Br teve queda de 0,9% em relação aos três meses encerrados em junho. Mas em relação ao mesmo mês do ano passado houve estabilidade no indicador. Em 12 meses encerrados em setembro, o indicador apresentou avanço de 1,4%. Devido às constantes revisões, o indicador acumulado em 12 meses é mais estável do que a medição mensal. No ano, a variação também foi de 1,4%.

Conforme destaca o econo-

mista da XP Alexandre Maluf, a abertura setorial do índice mostra uma contração disseminada no terceiro trimestre. Ele observa que o setor de serviços caiu pelo segundo trimestre consecutivo ao anotar queda mensal de 0,1% c recuo de 0,5% no terceiro trimestre ante o trimestre anterior. Com isso, o crescimento anual desacelerou para 0,9% no terceiro trimestre, pontua.

Já a indústria reverteu os ganhos registrados no primeiro semestre do ano ao cair 0,4% em setembro ante agosto e recuar 1,1% na comparação trimestral. Assim, a indústria foi o único setor a recuar na comparação interanual, caindo 0,2% no terceiro trimestre deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado.

O economista da XP também destaca que o indicador de **impostos** também caiu nas duas comparações - queda 0,3% no mês e recuo de 1,0% no terceiro trimestre ante o trimestre anterior, com crescimento anual de 0,1%, praticamente nulo, no trimestre.

Maluf ainda aponta que a agropecuária recuou de forma acentuada no terceiro trimestre, caindo 2,0% na comparação com o trimestre anterior, ainda que tenha subido 1,2% na comparação mensal e permaneça com a principal contribuição positiva em termos anuais - 3,2% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

"No total, o IBC-Br excluindo a Agropecuária caiu 0,9% no terceiro trimestre de 2026 contra o trimestre anterior e cresceu apenas 0,5% na comparação interanual, confirmando o caráter disseminado da desaceleração", afirma Maluf.

Apesar do resultado negativo em setembro e no terceiro trimestre, a XP não revisou as suas projeções para o **PIB** brasileiro. "Os dados do IBC-Br não sensibilizam o nosso XP tracker, estimativa de alta frequência, para o **PIB**", diz Maluf. "Mantemos as nossas projeções de crescimento do **PIB** cm 1,5% para 2026 e 0,3% para 2027, refletindo uma desaceleração que se disseminou entre os setores. O balanço de riscos segue inclinado para baixo. A política fiscal permanece como a principal fonte de incerteza, pressionando as condições financeiras e a confiança dos agentes econômicos. Por outro lado, o mercado de tra-

"Mantemos as nossas projeções decrescimento do **PIB** em 1,5% para 2026 e 0,3% para 2027" Alexandre Maluf

balho sólido e um setor externo robusto devem suavizar a desaceleração em curso", diz.

Na visão do pesquisador do FGV Ibre Cláudio Considera, a perda de fôlego no terceiro trimestre ocorreu de forma disseminada entre as atividades econômicas e reforça a percepção de que a sustentação da economia brasileira está em dois pilares voltados à exportação: a agropecuária e a indústria extrativa, impulsionada neste momento pelo petróleo. Contudo, o economista tampouco vê a estagnação do terceiro trimestre mudando a perspectiva já traçada de crescimento do **PIB** em 2026. Para ele, a economia brasileira crescerá entre 1,7% e 2% no ano e o IBC-Br de setembro não altera o cenário.

Essa percepção é compartilhada pelo economista do PicPay Matheus Pizzani. Ele acredita que o aumento das exportações e do consumo das famílias em função das festividades de fim de ano devem ser suficientes para que o **PIB** alcance um crescimento próximo a 1,7% no fim do ano. Ele também não vê mudança de perspectiva de política monetária no curto prazo. "Conforme observado na comunicação mais recente do comitê [de Política Monetária do Banco Central, o Copom], o ganho de tração da desaceleração da atividade observada nos dados mais recentes já estava previamente incorpora-

da no cenário com o qual o BC trabalha, sendo, inclusive, parte importante do trabalho de de-sinflação a ser feito pela política monetária. Neste sentido, não alteramos nossa perspectiva para a trajetória dos juros neste e no próximo ano, com a Selic terminal de 2026 e 2027 em 13,75% e 12,50%, respectivamente."

Para 2027, Considera avalia que o desempenho da atividade dependerá da condução da política econômica e fiscal. Embora projeções de mercado apontem para um cenário desafiador, o pesquisador do FGV Ibre acredita que o governo atuará para evitar uma desaceleração mais aguda. Na sua vi-

são, a implementação de medidas de contenção de gastos não exige a necessidade de choque que jogue o país em recessão e será suficiente para estabilizar a trajetória da dívida pública e abrir espaço para a queda da taxa básica de juros.

"O governo deve fazer um ajuste fiscal que não vai consertar o mundo de uma vez, mas vai pelo menos fazer algum tipo de redução ou equilíbrio da dívida pública, parando de aumentá-la", avaliou. Segundo Considera, essa sinalização será fundamental para recuperara confiança dos empresários, destra-var o consumo de bens duráveis e retomar os investimentos produtivos no próximo ano.

Milei promete cortar US$ 500 bi de impostos se for reeleito

O presidente da Argentina, Ja-vier Milei, prometeu no final de semana devolver aos argentinos USS 500 bilhões por meio de reduções de **impostos** caso seja reeleito nas eleições de e 2027.

"Para quem duvida que vou disputar a reeleição, sim, vou disputar a reeleição", afirmou Milei durante um evento no sábado. "O objetivo é comercializar com 90% do planeta. Vamos continuar reduzindo **impostos** e, se o cenário-base se concretizar, vamos devolver aos argentinos USS 500 bilhões, ou seja, o equivalente à nossa dívida".

A promessa foi feita em meio à tentativa de Milei de conquistar um segundo mandato na Casa Rosada, em um cenário de elevada rejeição

ao presidente e de tensões dentro de seu próprio campo político.

Segundo pesquisa Latam Pulse, realizada pela AtlasIntel em parceria com a Bloomberg cm outubro, 60,6% dos argentinos desaprovam o desempenho do presidente, enquanto 36,2% o aprovam c 3,2% não souberam responder.

As declarações também ocorrem cm meio a um atrito com a senadora Patrícia Bullrich, ex-ministra da Segurança de Milei, que vem se distanciando do presidente e também cogita disputara Presidência.

Na quinta-feira, Milei publicou uma mensagem nas redes sociais interpretada como uma indireta à senadora. "Há quem esteja disposto a afundar o barco quando percebe que não poderá ser o capitão", escreveu no Instagram.

PIB pode ter ganho de 5,1% com IA, diz BID

A ampla e efetiva adoção da Inteligência Artificial (IA) pode impulsionar o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil e da America Lati-na/Caribe em 5,1% cada ao longo de uma década, aponta novo relatório do Banco Interamcricano de Desenvolvimento (BID). Mas o documento destaca a necessidade de reformas para capturar os ganhos.

"O dividendo da IA é uma escolha política que enfatiza o papel crucial do governo no processo", dizjulián Cristia, economista-che-fe do Departamento de Pesquisa.

Na edição de 2026 da série Desenvolvimento nas Américas (DIA), principal documento anual produzido pelo banco, o relatório "Da Digitalização à Inteligência Artificial: Transformando Promessas em Produtividade" destaca o potencial econômico da IA para uma região que tem lutado com o desempenho fraco da produtividade por ao menos seis décadas.

"A digitalização e a IA podem impulsionar o crescimento da região, um desafio fundamental, mas apenas se as políticas corretas forem adotadas", diz Cristia. "Se a adoção for baixa e os efeitos na produtividade forem pequenos, esse aumento no crescimento poderá ser de apenas 0,3%", afirma.

Há países com potencial de ganhos de **PIB** até maiores do que o Brasil, como Argentina (6,1%), Colômbia (5,7%) e Chile (5,4%). "Os modelos são baseados nas tarefas das pessoas. Os EUA têm potencial um pouco maior porque há mais tarefas que podem ser executadas, e a produtividade ser aumentada, com IA. Na região [AL e Caribe], alguns têm um pouco mais, um pouco menos, mas a diferença não é tão grande", diz Cristia.

Em um cenário de adoção ampla da IA e com alto impacto, o banco estima que a produtividade total dos fatores (PTF) da região poderá aumentar 23%- No Brasil, esse ganho podería ser de 2,9%.

Para obter maiores ganhos de produtividade, cm geral, não basta "conectar e usar" a IA. "É necessária certa adaptação para que se possa realmente aproveitar a vantagem competitiva e aumentar a produtividade", afirma Cristia.

O que o BID descobriu, no entanto, é que, embora 63% das empresas engajadas digitalmente na região relatem usar IA generativa, 82% dependem de ferramentas prontas para uso, em vez de soluções integradas a suas operações.

Assim, o BID diz que a região está atrasada em relação às economias desenvolvidas na adoção da IA. "Tem sido tímida. E não queremos dizer que a adoção tem sido baixa. Muitas pessoas usam internet, redes sociais e aplicativos. Mas, em termos de usos específicos que podem gerar melhorias na produtividade, o uso

tem sido muito menor", diz Cristia.

Segundo o BID, dois em cada três países da região estabeleceram agências de ribersegurança e proteção de dados, mas somente um em cada três adotou uma estratégia nacional de IA.

Empresas menores e informais, em particular, carecem das capacidades gerenciais, de financiamento e suporte tecnológico para adotar IA de forma eficaz, diz o BID.

"É claro que o setor privado desempenhará papel fundamental, porque é preciso haver inovação e adoção de sua parte. Mas os governos têm papel importante em termos das condições favoráveis que precisamos criar, por exemplo, de ambientes institucionais eregulatórios",diz.

O BID elenca três prioridades de políticas para acelerar a adoção da IA na região. Primeiro, fortalecer as condições capacitadoras, com investimentos em instituições fortes, habilidades digitais de alta qualidade, dados, ribersegurança e infraestru-tura digital confiável.

Segundo, usar a IA para transformar governos, indo além de proje-tos-piloto isolados e integrando os

"Dividendo da IA ??é escolha política que enfatiza o papel crucial do governo Julián Cristia

sistemas públicos com redesenho de serviços em tomo da IA - sempre mantendo a supervisão humana, ressalta o relatório.

Terceiro, ajudar a acelerar a adoção pelas empresas,

com expansão do acesso a financiamento, assistência técnica, treinamento e inovação para ajudar empresas a integrarem a IA em suas operações.

O BID apresentou, em setembro, a Parceria para a Adoção de IA, que busca reunir governos da região e empresas líderes de tecnologia para avançar em um roteiro compartilhado para a adoção ampla e segura da IA.

O brasileiro Ilan Goldfajn, presidente do BID, reforça que a inteligência artificial pode se tomar um poderoso acelerador do desenvolvimento, mas que seus benefícios não virão automaticamente.

"Sabemos que os governos têm múltiplas demandas e muitas coisas para fazer", diz Cristia. "Mas o senso de urgência que tentamos transmitir é o fato de que essa é uma oportunidade real e que não será fácil promover a adoção. Existem muitas barreiras. É um processo complexo c levará anos. Portanto, é algo que precisamos começar agora", alerta.

Regulamentação de "big techs" pode gerar ganho de até 0,4% do PIB, diz Fazenda

Uma das prioridades do governo para este ano, o projeto de regulamentação dos mercados digitais pode gerar ganhos econômicos de 0,1 % a 0,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, o equivalente a RS 70 a R$ 240 por habitante ao ano, segundo estudo da Secretaria de Reformas Econômicas (SRE) do Ministério da Fazenda. A proposta está prevista para votação na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (17).

A pressa do governo em aprovar a medida está relacionada à expectativa de um Congresso Nacional mais conservador a partir de 2027. Para antecipar a mudança na correlação de forças, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) definiu uma pauta restrita de projetos prioritários para votação até o fim deste ano, com o PL das big techs entre eles.

Segundo o levantamento, divulgado na segunda-feira (16), os benefícios potenciais para consumidores e empresas podem variar de R$ 15,3 bilhões a RS 50,6 bilhões por ano. A estimativa considera exclusivamente os efeitos diretos de uma eventual redução de preços nos segmentos mais sujeitos a problemas concorrenciais, sem outros benefícios, como estímulo â inovação, melhoria da qualidade dos serviços e ampliação das oportunidades de negócios.

Para a Fazenda, a redução de taxas, comissões e preços cobrados por plataformas digitais tende a diminuir os custos operacionais das empresas que utilizam esses serviços, com possíveis reflexos sobre os preços finais de produtos e serviços.

O estudo também dimensiona a presença das plataformas digitais na economia brasileira. Em 2025, o faturamento agregado dos 20 segmentos mapeados pela SRE foi estimado em RS 410 bilhões, valor que corresponde, cm ordem de grandeza, a cerca de 3,2% do **PIB**.

De autoria do Executivo, o projeto prevê novos instrumentos para a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) nos mercados digitais. A proposta busca combater práticas anticoncorrenciais de plataformas, proteger a concorrência, reduzir barreiras à entrada e ampliar a liberdade de escolha.

Como mostrou o Valor, o relator da proposta, deputado Aliei Machado (PV-PR), trabalha para conquistar o apoio de partidos do centro a fim de aprovar o texto. O parlamentar admitiu a possibilidade de ajustes pontuais, como ampliar a participação do colegiado do Cade em decisões atualmente atribuídas à superin-tendência-geral do órgão. Ele, no entanto, descartou mudanças que comprometam a lógica da proposta.

Machado também criticou a falta de mobilização do governo na articulação política em torno do projeto, embora a proposta esteja entre as prioridades do Executivo para votação no Congresso. Já o líder do governo na Câmara, Paulo Pimenta (PT-RS), afirmou que tem conversado com o relator sobre o interesse do governo em levar o texto â votação no plenário da Casa nesta terça-feira.

"Temos interesse que esse projeto seja pautado e vamos trabalhar no sentido de criar a condição necessária para que o projeto seja aprovado", disse Pimenta em entrevista ao Valor.